

REDESCOBRINDO A FAMÍLIA RURAL



Métodos participativos para o protagonismo
feminino e a inclusão social dos jovens no campo



MELISSA CURÍ | GABRIELA LITRE | MARÍLIA RAMOS
ROBERTA ROXILENE DOS SANTOS | LUÍS TADEU ASSAD | BARBARA BRAKARZ

REDESCOBRINDO A FAMÍLIA RURAL

Métodos participativos para o protagonismo
feminino e a inclusão dos jovens no campo

MELISSA CURI | GABRIELA LITRE | MARÍLIA RAMOS
ROBERTA ROXILENE DOS SANTOS | LUÍS TADEU ASSAD | BARBARA BRAKARZ



Brasília, 2021

Projeto Rural Sustentável

Realização

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID
Departamento de Meio Ambiente, Alimentação e Assuntos Rurais do Reino Unido - Defra,
Embaixada do Reino Unido no Brasil

Apoio Técnico

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa
Banco do Brasil - BB

Implementação

Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade - IABS

Autores

Melissa Curi, Gabriela Litre, Marília Ramos,
Roberta Roxilene dos Santos, Luís Tadeu Assad, Barbara Brakarz

Colaboração

Isabel Ferreira e Maria Cecilia Azevedo

Coordenação Editorial

Flávio Silva Ramos (Editora IABS)

Projeto Gráfico e Diagramação

Javiera de la Fuente Castellón

Revisão Gramatical e Ortográfica

Stela Máris Zica

Ilustração Capa

Jean Galvão

Fotos

Acervo IABS

Redescobrimo a família rural: métodos participativos para o protagonismo feminino e a inclusão dos jovens no campo. Melissa Curi, Gabriela Litre, Marília Ramos, Roberta Roxilene dos Santos, Luís Tadeu Assad, Barbara Brakarz (autores). Brasília: Editora IABS, 2021.

138 p. ; 21cm

ISBN 978-65-87999-21-0

1. Família rural. 2. Agricultura familiar. 3. Protagonismo feminino. 4. Projeto Rural Sustentável. I. Título. II. Editora IABS.

CDU: 316.35

631.1

SUMÁRIO

- 04 APRESENTAÇÃO**
- 09 PREFÁCIO**
- 12 INTRODUÇÃO**
- 17 O IMPORTANTE PAPEL DAS MULHERES E DOS JOVENS NA PRODUÇÃO RURAL BRASILEIRA**
 - 25 Mulheres: empoderamento e desenvolvimento rural
 - 37 Jovens rurais: fortalecimento e inovação na produção
- 49 SUPERANDO BARREIRAS E CONSTRUINDO COLETIVAMENTE**
 - 53 Racionalidade comunicativa
 - 62 Mudanças climáticas e as barreiras cognitivas e culturais
 - 71 Café com prosa: valorizando as pessoas e a inteligência colaborativa
 - 82 Mãos à obra! O café com prosa na prática
- 93 LIÇÕES APRENDIDAS: A PERCEPÇÃO SOBRE O PROCESSO**
 - 95 Oportunidades e desafios para organizar oficinas de dois dias
 - 98 Seleção e alinhamento das equipes de facilitação
 - 101 Dá trabalho assegurar a participação, mas os aprendizados valem a pena
 - 103 A importância da natureza: mais oficinas ao ar livre
 - 105 Criação de vínculos
- 109 RESULTADOS ALCANÇADOS**
 - 110 O desafio de mensurar impactos
 - 112 O que dizem as mulheres e os jovens sobre suas realidades?
 - 118 As oficinas participativas em números
 - 122 Comparativos entre biomas
- 125 CONSIDERAÇÕES FINAIS**
- 130 REFERÊNCIAS**

APRESENTAÇÃO

Este livro tem como objetivo apresentar as ações do Projeto Rural Sustentável (PRS) - Mata Atlântica e Amazônia, que teve como objetivo valorizar e fortalecer o papel da mulher e do jovem na agricultura brasileira. O PRS Mata Atlântica e Amazônia contribui de várias maneiras para enfrentar as grandes mudanças na agricultura brasileira, seja protegendo, restaurando e gerenciando os recursos naturais de forma sustentável, seja aumentando a resiliência dos ecossistemas e dos serviços que eles fornecem. O PRS colabora para amenizar a demanda por recursos naturais, alinhada à vocação produtiva de cada território, e reduzir as causas da perda de biodiversidade e degradação dos ecossistemas.

Com o Projeto, foi possível valorizar a natureza e seu uso sustentável, gerando mudanças institucionais e decisórias por parte de atores em nível local, governos subnacionais, sistema financeiro, empresas e indivíduos.

Segundo dados do censo agropecuário de 2017, a agricultura familiar representa cerca de 23% das propriedades rurais do Brasil, nas quais os membros da família compartilham todas ou parte das responsabilidades relacionadas à propriedade. Aspecto relevante é a crescente participação das mulheres no meio rural, principalmente as chefias de propriedades rurais, que representam cerca de 18,7% do território nacional. Ainda existem muitos desafios a serem superados para aumentar a participação das mulheres neste ambiente. Portanto, avanços em sistemas de produção sustentáveis abrem oportunidades para alavancar sua participação.

Para aumentar a participação feminina nas atividades produtivas, programas de treinamento específicos são essenciais. Este livro

exemplifica uma dessas propostas, bem como a importância do papel dos jovens como atores de mudança em nível local, garantindo o sucesso da implementação de programas/projetos e políticas públicas.

Com investimentos do Financiamento Internacional para o Clima (ICF) do governo do Reino Unido de £ 24,9 milhões, o projeto atingiu 3.987 propriedades rurais e treinou mais de 2.600 agentes de assistência técnica em agricultura de baixa emissão de carbono, melhorando a vida de 18.570 pessoas nos dois biomas brasileiros. Realizou 70 oficinas participativas com as famílias de produtores e produtoras rurais, capacitando e sensibilizando para as questões de gênero e juventude mais de 4 mil pessoas, entre mulheres e jovens.

Ao final, o PRS colocou 46.472 hectares sob gestão sustentável da terra, evitando diretamente o desmatamento em 8.550 hectares durante o desenvolvimento do projeto. A adoção de sistemas agrícolas de baixa emissão de carbono torna as terras agrícolas 7 vezes mais eficientes do que as degradadas. Com o aumento da produtividade, isso traz benefícios financeiros aos agricultores e, a longo prazo, evitará as emissões de gases de efeito estufa causadas pelo desmatamento. Como resultado do aumento da produtividade agrícola, espera-se que o projeto evite o desmatamento de mais de 175.000 hectares de terra.

Entendemos que com treinamento e qualificação também é possível deixar um grande legado. O projeto mostrou que possui grande potencial de expansão e replicabilidade. Com sua nova fase no Cerrado, Caatinga e, novamente, na Amazônia, o Projeto se apre-

senta como um instrumento para proteger a biodiversidade e potencializar os resultados positivos da natureza.

O Governo do Reino Unido, em conjunto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), grande beneficiário dessa iniciativa, acredita que é possível trazer inovação, conhecimento e um transição substancial para a agricultura brasileira. Temos a convicção de que trabalhar em parceria, envolvendo toda a sociedade e, em particular, as mulheres entre milhares de produtores rurais, é o caminho para uma agricultura mais resiliente, sustentável e que garanta recursos para as gerações futuras.

Ana Gutiérrez

Gerente Sênior do Financiamento Internacional para o Clima (ICF)
Especialista em Agricultura e Uso da Terra - Embaixada Britânica no Brasil





Dois Vizinhos, PR

PREFÁCIO

Desenvolvimento Sustentável é um conceito que se formalizou em 1987, e a partir daí ele foi incorporado e divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Com este ato político, a ONU incluiu nas discussões mundiais a necessidade urgente de se considerar os impactos ambientais e sociais, além dos econômicos, das ações que visavam promover o desenvolvimento. Só assim poderíamos garantir que as gerações atuais e futuras pudessem viver em um Planeta saudável.

Infelizmente, décadas depois percebemos que todo avanço até aqui alcançado nesse sentido ainda não foi suficiente. Lutamos ainda com inúmeras questões que mantêm o processo de desenvolvimento desigual, o que amplia as agressões ao meio ambiente, torna mais fortes os efeitos das mudanças climáticas, não diminui a pobreza e a exclusão social e não supera os preconceitos, dentre outros problemas.

Cuidar das dimensões econômica, social, ambiental e política do desenvolvimento comprovadamente é necessário para o alcance da sustentabilidade, mas não é suficiente. Nesse contexto, entendo que não avançamos mais porque sistematicamente deixamos de lado uma dimensão importante e necessária para o alcance do desenvolvimento sustentável: a dimensão afetiva. Ela abrange as relações humanas e o envolvimento de cada um. Os afetos. Se as pessoas não sentem efetivamente que são parte do processo de mudança, este não acontece.

Promover o desenvolvimento sustentável é, portanto, uma tarefa ao mesmo tempo complexa e simples. Complexa porque depende das relações entre as pessoas. E simples pelo mesmo motivo. Cabe-nos descobrir o caminho para a simplificar o processo.

E é disso que trata este livro que temos em mãos. Ele conta a história de pessoas verdadeiramente envolvidas com o alcance da sus-

tentabilidade. Conta a história de um Projeto que busca levar novas práticas de produção e novas práticas de vida. Desde os financiadores, idealizadores iniciais, executores, técnicos e consultores, até os atores principais que são os agricultores beneficiados, em especial as mulheres e jovens, todos compartilham o desejo de construir um novo modo de viver, mais harmônico e respeitoso.

Este livro nos traz não apenas os resultados do Projeto Rural Sustentável (PRS), mas nos fala da filosofia adotada, que norteou cada passo da equipe executora. Este livro nos mostra que o PRS ousou por em prática ações voltadas para todas as dimensões da sustentabilidade, inclusive a afetiva.

Além de todas as ações voltadas para garantir a adoção de novas técnicas de produção mais sustentáveis e condições favoráveis para o desenvolvimento das famílias, a equipe executora definiu, ainda na fase de construção da metodologia de trabalho, que as mulheres e os jovens deveriam ser incluídos no processo de implementação do PRS. E com isto quebrou uma barreira invisível, porém fortíssima, que historicamente excluí formalmente parte da família dos processos decisórios. Foi um ato revolucionário, pois garantiu as condições para uma mudança substancial nas relações. E proporcionou voz e atenção para atores fundamentais, nem sempre considerados. Ao se perceberem como parte efetiva do projeto, as mulheres e jovens cresceram e se revelaram em todo seu potencial criador e criativo.

Nesse nosso Brasil tão diverso, a desigualdade, a exclusão e o acesso limitado aos direitos básicos são traços comuns a todas as regiões, e ainda mais presente no meio rural e entre os agricultores familiares, comumente mais vulneráveis a um processo injusto de desenvolvimento, que só leva em conta o crescimento econômico. E qualquer esforço para mudar essa realidade tem que ser fortalecido.

Quando, então, buscamos atender justamente esse agricultor familiar, cabe perguntar que família é esta? Que família esta pode vir a ser a partir do projeto? Como esse projeto pode alcançar os seus objetivos e trazer mudanças no modo de produzir? Ao conhecer no-

vas técnicas produtivas, esses agricultores também passam a se relacionar de outra forma com a natureza e entre eles. Essas famílias são transformadas a partir das reflexões trazidas pelo processo de implementação do PRS.

Cuidar do meio ambiente requer mudança de atitude, compromisso e envolvimento. E esse comportamento passa necessariamente pela ampliação do papel decisivo de mulheres e jovens em todas as instâncias da sociedade. Promovendo assim a igualdade de gênero e o respeito geracional. E isto é especialmente necessário em territórios mais vulneráveis como aquele que é o lugar da agricultura familiar. Na medida em que o PRS dá voz às mulheres e aos jovens, constrói uma nova história para cada família, trazendo à tona valores nem sempre percebidos que reforçam o cuidado com o outro e com a natureza.

Os afetos resgatados nesse processo alimentam o envolvimento e trazem a perspectiva de sucesso ao projeto, uma vez que todos os atores estão presentes. A alegria e contentamento de todos são percebidos nas fotos que ilustram os textos do livro. Contemplar esses registros traz a certeza de que vale a pena ousar e trazer amor para nossas atividades. Este é o caminho.

Em tempos que uma sombra política parece se abater pelo Planeta, ter a oportunidade de conhecer os resultados e a filosofia assumida pelo PRS, bem como as famílias que foram beneficiadas, em especial as mulheres e jovens, é como sentir um raio nos iluminando e nos trazendo esperança.

Este livro, portanto, é um ato de resistência em tempos difíceis que exigem a união de todos em torno do compromisso com um modo de viver que respeite o meio ambiente e os nossos semelhantes em toda a sua diversidade. E todos os atores do Projeto Rural Sustentável, protagonistas no enredo deste livro, representam a transformação social possível e necessária.

Suely Salgueiro Chacon

Professora Associada e pesquisadora da Universidade Federal do Ceará (UFC)

INTRODUÇÃO

O PRS - Mata Atlântica e Amazônia, com o objetivo de implementar a agricultura de baixa emissão de carbono em propriedades de pequenos(as) produtores(as) rurais, ofereceu ao seu público-alvo diferentes atividades de sensibilização, treinamento e capacitação. Para fomentar o desenvolvimento rural sustentável, além de uma capacitação técnica, o projeto investiu em trabalhar temas sociais sensíveis ao meio rural, como a desigualdade de gênero e falta de oportunidades educacionais e de trabalho para os jovens no campo.

Sob essa perspectiva, entre agosto de 2018 e janeiro de 2019, foram estruturadas e realizadas oficinas participativas para as famílias de pequenos(as) produtores e produtoras rurais da área de influência do projeto. Considerando que este público se constitui por uma produção familiar, na qual os papéis dos membros das famílias e a força produtiva estão intimamente relacionados, optou-se por uma metodologia que assegurasse a participação e o lugar de fala de todos os membros da família e preservasse a unidade familiar.

Ao invés de promover atividades nas quais apenas as mulheres ou os jovens discutiriam as suas realidades no campo, as oficinas foram abertas para as famílias, com propostas de reflexões e rodas de conversas nas quais todos puderam falar dos seus desafios na lida diária no campo, ouvir a perspectiva do outro e, juntos, planejar um futuro melhor. Com esta dinâmica, desenvolvida durante dois dias de trabalho, de forma natural, as questões de gênero e juventude foram reveladas e trabalhadas, sem necessidade de se

criar oposições entre homens e mulheres e de levantar conflitos sobre diferentes perspectivas geracionais.

Trabalhar para reverter o cenário masculinizado e envelhecido do campo brasileiro é um desafio enorme no Brasil e projetos como o PRS podem ser, sem dúvida, catalizadores desta transformação. Além da preocupação do projeto com o tema, a proposta de implementar sistemas produtivos sustentáveis traz inovação para o meio rural brasileiro, o que naturalmente promove uma oportunidade de rever conceitos produtivos, distribuição de tarefas na produção e a necessidade de novas competências, favorecendo o fortalecimento do interesse de mulheres e jovens em permanecerem nas áreas rurais.

Para abordar o tema e apresentar a experiência do projeto, o livro foi dividido em quatro capítulos. No primeiro, tratamos do importante papel das mulheres e dos jovens para a produção rural brasileira. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO (2018), as mulheres rurais são responsáveis por 45% da produção de alimentos no Brasil e nos países em desenvolvimento. E, na maioria dos casos, além da lida no campo, realizam uma árdua jornada de trabalho dentro das suas casas e de suas comunidades.

Elas trabalham cerca de 12 horas semanais a mais que os homens e aproximadamente 90% do que elas lucram no campo é reinvestido na educação e no bem-estar da família. Considerando esse relevante papel das mulheres, o empoderamento feminino no

campo pode representar um aumento de 30% na produção agrícola e garantir a segurança alimentar do planeta (FAO, 2018).

No mesmo sentido, o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola - IFAD (2012) ressalta a importância da juventude para a sustentabilidade do campo e para a segurança alimentar. Além da perpetuação da agricultura familiar ao longo das gerações, os incentivos para que a juventude rural tenha melhores oportunidades potencializam a inovação técnica e de gestão da produção, promovendo, conseqüentemente, melhorias no uso e ocupação do solo, aumento da produtividade e diminuição do impacto socioambiental.

O segundo capítulo trata das barreiras cognitivas e culturais para percepção e construção do diálogo. Levando em consideração que o PRS tem como pano de fundo de suas atividades a mitigação das mudanças climáticas, por meio da adoção de tecnologias agrícolas de baixa emissão de carbono, neste tópico, tratamos das barreiras de percepção socioculturais a respeito das mudanças do clima e da importância de se investir em metodologias participativas para criar espaços de novas percepções e de visão coletiva de futuro. É neste capítulo que apresentamos a metodologia participativa utilizada e adaptada para o projeto, que nomeamos de Café com Prosa e o seu objetivo de valorizar cada membro da família rural, sua história e perspectiva, com destaque para o protagonismo feminino e da juventude.

No terceiro capítulo, a estrutura e a organização metodológica das oficinas participativas são detalhadas, incluindo as lições aprendidas com a implementação das atividades. Por fim, no último capítulo, tratamos dos resultados alcançados nas oficinas, com comparativos entre a participação de gênero e da juventude, bem como entre os biomas.

Com as análises apresentadas, esperamos não apenas deixar um registro da potencialidade de metodologias participativas para a promoção do diálogo e da inclusão social, mas, também, que as

lições aprendidas relatadas possam gerar oportunidades de melhorias do método e de sua aplicação. Desejamos que as oficinas participativas do PRS – Mata Atlântica e Amazônia possam inspirar outros projetos e programas a encontrar seus caminhos de valorização dos grupos sociais envolvidos e de abordagem em temas sensíveis, como a questão de gênero e juventude. A partir de suas escolhas, que possam considerar a realidade local e a importância da participação da comunidade em qualquer processo de mudança, respeitando sua cultura, seu ritmo e seus conhecimentos individuais e coletivos.

Os Autores





O IMPORTANTE PAPEL DAS MULHERES E DOS JOVENS NA PRODUÇÃO RURAL BRASILEIRA

No Brasil, de acordo com a Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, para que um estabelecimento seja classificado como agricultura familiar, ele deve ser de pequeno porte (até quatro módulos fiscais¹); ter uma gestão da produção estritamente familiar; metade da força de trabalho deve vir, também, da família e ter, no mínimo, metade da renda familiar vinda da atividade agrícola na propriedade.

Conforme o último Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2017, a agricultura familiar representa o maior contingente dos estabelecimentos agrícolas do Brasil, 77%, mas, por serem de pequeno porte, ocupam uma área menor em relação ao total de estabelecimentos agrícolas, 23%, que representa cerca de 81 milhões de hectares (IBGE, 2017).

No entanto, considerando os alimentos que vão para a mesa dos brasileiros, os estabelecimentos da agricultura familiar têm participação significativa. Nas culturas permanentes, o setor responde por 48% do valor da produção de café e banana e, nas culturas temporárias, são responsáveis por 80% do valor de produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão (IBGE, 2017).

Ainda a respeito aos números levantados pelo Censo Agropecuário, vale mencionar os dados relacionados a gênero e juventude no meio rural, que revelam uma característica que vem prevalecendo ao longo dos anos, a masculinização e o envelhecimento. Embora a visibilidade da força de trabalho feminina e o aumento de mulheres dirigindo propriedade rurais no Brasil estejam aumentando, os números ainda são muito desiguais na comparação entre gêneros. Segundo o IBGE (2017), do total geral de estabelecimentos identificados (5,07 milhões), as mulheres são proprietárias de apenas 19%, enquanto os homens detêm 81%.

No que diz respeito à juventude, os dados revelam ainda maior preocupação, pois além de ressaltar o envelhecimento, demonstram

1 No Brasil, o tamanho do módulo fiscal varia de 5 a 110 hectares, dependendo do município em que a propriedade está localizada (Lei 12.651/2012, Código Florestal).

que os números da presença de jovens no meio rural seguem diminuindo, o que reforça o desafio da manutenção da agricultura familiar. No Censo Rural de 2006, as pessoas com mais de 65 anos representavam 17,52% da população do campo (IBGE, 2006). No Censo de 2017, esse grupo passou a girar em torno de 21,4%, sendo que a faixa etária entre 55 e 65 anos também aumentou quatro pontos percentuais, passando de 20% para 24% do total. Por outro lado, o grupo entre 35 e 45 anos de idade encolheu de 21,93% para 18,29% da população rural e os jovens entre 25 e 35 anos, que representavam, em 2006, 13,56% do campo, passaram para apenas 9,48% (IBGE, 2017).

Na agricultura familiar, as relações familiares aparecem de forma evidente e influenciam os modos de organização e produção, principalmente quando se trata de pequenas e médias propriedades. O fato de os membros da família cumprirem esse papel fundamental como mão de obra, torna a atividade mais vulnerável, visto que é di-



Dois Vizinhos, PR

retamente influenciada pela condição física dos membros da família e pela qualidade dos vínculos familiares, fatores que, em condições não favoráveis, podem levar ao êxodo rural. Outra característica particular é que decorre de uma prática compartilhada por gerações, na qual tanto a atividade profissional quanto o patrimônio (biofísico e cultural) e o modo de vida, atrelados ao contato com a natureza, são passados em sucessão (SILVESTRO et al., 2001; LITRE, 2010).

A tomada de decisão sobre as atividades produtivas realizadas nos espaços rurais, em geral, está organizada a partir da própria família, suas necessidades, expectativas, valores, composição e força de trabalho. Por isso, é fundamental compreender essa organização considerando a divisão das atividades entre os membros da família (MEDEIROS; RIBEIRO, 2003).

Ao mesmo tempo, a vulnerabilidade dos pequenos e médios agricultores às dinâmicas internas de suas famílias está longe de ser a única: eles (e elas) são os mais intensamente afetados pelas mudanças



Padre Paraíso, MG

do clima, como a alteração do ciclo das chuvas e o aumento das temperaturas causados pelo efeito estufa (IPCC, 2014; AZEVEDO; CAMPANILI; PEREIRA, 2015; BURSZTYN; RODRIGUES FILHO, 2016).

Conforme revelam alguns estudos, no Brasil, de modo geral, a quantidade total de chuvas não tem sofrido grandes alterações, mas a intensidade das precipitações tem variado de maneira significativa, gerando incertezas entre os produtores rurais. Isso resulta no aumento da erosão, na perda de fertilizantes e em inundações de áreas produtivas, como em áreas ribeirinhas, ocupadas, principalmente, por pequenos produtores (AZEVEDO; CAMPANILI; PEREIRA, 2015).

Em relação às temperaturas, existe a previsão de uma mudança na geografia das produções agrícolas no Brasil, com o deslocamento de algumas plantações para o sul, onde o clima será mais ameno. No caso dos agricultores familiares, esse deslocamento se torna muito mais difícil do que no agronegócio, pois a maioria das famílias está fixada em local determinado por motivos que vão além da geração de renda. A relação com a terra aflora elementos de pertencimento e vínculo entre identidade e produção (LITRE, 2010).

Outro fator que potencializa os prejuízos para os pequenos e médios produtores rurais é o fato de, na maioria dos casos, a agricultura familiar ser a única fonte de subsistência (ASSAD, 2013). Exemplos de prejuízos são as produções de laranja e do café: extremos de temperatura, tanto para o quente quanto para o frio, alteram a floração da lavoura – o que faz com que as frutas e os grãos percam qualidade.

Para tentar minimizar os impactos do clima sobre a produção agrícola familiar, o Projeto Rural Sustentável (PRS) propõe ações que minimizam as emissões de gases causadores do efeito estufa. Além de uma preocupação real com os efeitos das mudanças climáticas, o objetivo do PRS é evitar ou, ao menos, não intensificar os problemas já existentes decorrentes das mudanças climáticas entre os pequenos e médios produtores rurais dos biomas Amazônia e Mata Atlântica.

Nesse contexto, o PRS - Mata Atlântica e Amazônia reconhece o papel fundamental das mulheres na agricultura, assim como seu empoderamento como catalisador de soluções positivas para as mudanças climáticas, um tema que também tem recebido crescente atenção de instituições-chave e de órgãos da ONU nos últimos anos (PNUD, 2016; FAO, 2015).

Com as mulheres contribuindo significativamente para a força de trabalho agrícola, como veremos mais adiante, seu conhecimento é altamente valioso. Porém, a representação justa desse conhecimento não se reflete de forma significativa nos processos de tomada de decisão, tanto dentro como fora da unidade produtiva. As barreiras culturais, cognitivas e também legais para uma adaptação efetiva às mudanças climáticas precisam ser superadas, de modo que os canais e os métodos de participação estejam presentes na vida cotidiana das mulheres, por exemplo, pelo reconhecimento do acesso à terra como donas de uma unidade produtiva (DEERE; LEÓN, 2014; FAO, 2011, 2013).

Dado o papel fundamental desempenhado pelas mulheres na agricultura, é necessário disponibilizar dados desagregados por gênero para mais países e sistemas agrícolas. Isso pode ajudar a fortalecer os esforços de adaptação, fornecendo informações climáticas locais e aprimorando o conhecimento meteorológico.

A colaboração contínua com as redes de mulheres rurais também é crucial para o desenvolvimento de políticas eficazes de mudança climática e sua implementação. Essas mulheres fornecem canais importantes para compartilhar e disseminar informações. Finalmente, as mulheres rurais devem ser incluídas no desenvolvimento de materiais de informação e estratégias de disseminação, refletindo uma abordagem participativa para a gestão do conhecimento (HUYER et al., 2015).

E quanto aos jovens rurais? Quais ameaças e quais oportunidades enfrentam face às mudanças climáticas? O tema ainda tem sido pouco explorado pela literatura especializada. Em geral, falam-se

de outras questões também importantes sobre a problemática da juventude rural, como a permanência dos jovens no campo e a sucessão familiar, que analisaremos a seguir (CAMARANO; ABRAMO-VAY, 1999; LITRE, 2010).

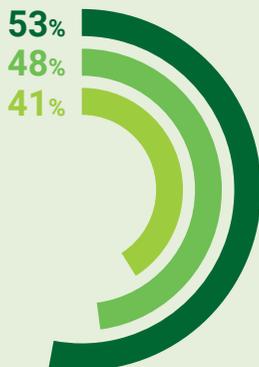
Como mencionado, ainda são esparsas as análises sobre o que os jovens rurais brasileiros pensam e sentem ante as mudanças de clima. A UNFCCC conta com um capítulo dedicado especificamente aos jovens (*Youth for Climate Action*)² e a Unicef tem apontado, em seu relatório de 2016, que as mudanças climáticas constituem uma força perigosa e disruptiva para muitas crianças ao redor do mundo e está afetando particularmente os mais vulneráveis do hemisfério sul (UNICEF, 2016).

Na Europa, crianças e jovens, com maior acesso à educação, já elaboram melhor as consequências das mudanças climáticas e, de modo geral, estão se apropriando dessas análises e discussões sobre o “futuro que queremos”. Dizem temer as consequências negativas dos danos ambientais e vislumbram, caso não sejam tomadas medidas de mitigação e adaptação, um cenário futuro catastrófico.

Assim, em 2018, um relatório realizado pela Eurokids e a Unicef, contemplando 23 países da Europa, demonstrou que 41% das crianças e dos jovens entrevistados têm medo das consequências das mudanças climáticas. O relatório, a partir das mais de 13.500 respostas recebidas, apontou que os três principais medos selecionados por crianças e jovens foram: 1) não encontrar emprego (53%); 2) a possibilidade de guerra ou ataques terroristas (48%) e 3) as mudanças climáticas (41%). As três principais recomendações que as crianças e os jovens fizeram à União Europeia (EU) foram: ajudar manter a paz no mundo (54%); proteger o ambiente (46%) e ajudar a garantir que todos sejam tratados de forma igual (41%). Recomendaram, ainda, que a UE respeite o Acordo de Paris de 2015, que poderia “garantir um futuro saudável para todas as crianças” (EUROKIDS/UNICEF, 2018).

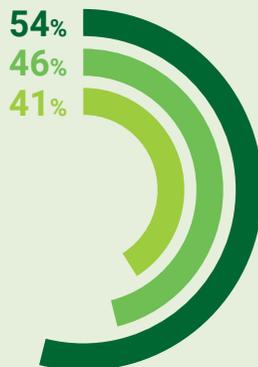
² <https://unfccc.int/topics/education-and-outreach/workstreams/youth-engagement>

Principais medos de crianças e jovens



- Não encontrar emprego
- Possibilidade de guerra ou ataques terroristas
- Mudanças climáticas

Principais recomendações de crianças e jovens



- Ajudar manter a paz no mundo
- Proteger o ambiente
- Ajudar a garantir que todos sejam tratados de forma igual

No Brasil, embora ainda tenhamos que lidar com questões sociais estruturais, tais como a dificuldade de acesso à educação de qualidade, especialmente nas áreas rurais, percebemos que as crianças e os jovens do campo têm um potencial enorme de se tornarem grandes preservadores do meio ambiente e com uma consciência ecológica global, na qual se inserem as questões relacionadas às mudanças climáticas.

Mesmo que, muitas vezes, não tenham a oportunidade de receber uma educação formal de qualidade sobre a importância da preservação ambiental, da produção sustentável e da mitigação e adaptação às mudanças climáticas, essas crianças e jovens já possuem a experiência da conexão com a natureza, ou seja, sentem, na prática, as consequências da ação humana modificando o meio ambiente e, por conhecerem, passam a cuidar. Muitas vezes, uma realidade diferente das crianças e jovens do meio urbano. Muitos acessam

com mais facilidade a educação formal, mas estão privados de experiências significativas na natureza.

Nesse sentido, ações e projetos que tragam para esses jovens um outro olhar sobre o meio ambiente e sobre como produzir de forma sustentável estão semeando em terreno fértil, que podem gerar bons frutos para as atuais e futuras gerações.

As oficinas participativas do PRS, reconhecendo todo esse potencial das mulheres e dos jovens, procuraram criar espaços de diálogo para que eles próprios, com os conhecimentos que já possuem e com a inteligência colaborativa do grupo, buscassem caminhos para enfrentar os desafios socioambientais de suas regiões. Os encontros permitiram, especialmente, debater, de maneira aberta e construtiva, a invisibilidade do valor produtivo das mulheres e dos jovens rurais e as possibilidades de transformar suas realidades para que sejam mais sustentáveis e inclusivas.

1.1 MULHERES: EMPODERAMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

O tema *empoderamento feminino no meio rural* ainda é um assunto que, não raras vezes, sofre preconceito, por conta de processos culturais históricos. Os papéis marcadamente definidos nas famílias rurais, que coloca o homem como o chefe da casa e da produção e a mulher como responsável pelos afazeres domésticos, mascararam uma realidade que foi sendo modificada, ao longo dos anos, pela necessidade e pela dinâmica da própria cultura.

A presença feminina no cotidiano do campo sempre esteve presente, especialmente na agricultura familiar, que requer a força de trabalho dos próprios membros da família para sua sustentação. No entanto, pela falta de reconhecimento adequado, tornou-se necessário o debate a respeito da valorização desta força de trabalho e do empoderamento das mulheres, não apenas para assegurar a equidade de gênero, mas, especialmente, para fortalecer e desenvolver a produção rural.

O empoderamento feminino no campo está em sintonia com o Objetivo 5 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU), para alcançar o desenvolvimento sustentável. Conforme este Objetivo, para erradicar todas as formas de violência contra as meninas e as mulheres, os países devem “alcançar a equidade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” (ONU, 2015).

Como já vimos, as mulheres são agentes importantes na agricultura e no desenvolvimento rural sustentável, representando 43% do total de trabalhadores em áreas rurais de países em desenvolvimento (FAO, 2015) e, aproximadamente, 19% da força de trabalho rural total no Brasil (IBGE, 2017). As mulheres investem, em média, 372 horas das suas vidas, por ano, na realização de atividades rurais, enquanto a média para os homens é de 368 horas (PNUD, 2016; FAO, 2015).

A equidade no acesso aos fatores de produção e à informação poderia aumentar a produção agrícola nos países em desenvolvimento (FAO, 2015). Apesar dessa constatação, as mulheres ainda enfrentam desigualdades estruturais, incluindo a invisibilidade do valor produtivo do seu trabalho, visto que, ainda hoje, algumas atividades são, cultural e historicamente, atribuídas aos homens. Assim, mesmo que o serviço seja feito por uma mulher, como, por exemplo, a ordenha do leite, esse serviço aparece como uma atividade auxiliar ao homem e não como uma atividade produtiva fruto do seu trabalho.

As mulheres rurais também continuam sendo vulneráveis à instabilidade econômica pela restrição ao acesso à terra, ao crédito rural e ao apoio financeiro. Em decorrência dessas vulnerabilidades, elas são mais suscetíveis aos impactos das mudanças do clima nas zonas rurais, especialmente as mais pobres (QUISUMBING et al., 2014; LITRE; ROCHA, 2014).

Para construir resiliência à mudança do clima e às restrições econômicas, a ação coletiva, que pode ser uma alternativa eficaz para a construção de capital social e para o enfrentamento das desigualdades de



gênero, é crucial para que as mulheres possam desenvolver um modo de vida digno e equitativo no campo (HUYER et al., 2015; PNUD, 2016).

Com o objetivo de fortalecer o capital social das mulheres e dos jovens rurais, as oficinas participativas do PRS incentivaram a participação desses grupos no contexto de suas famílias. A mobilização dos participantes procurou espelhar os resultados do mais recente Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), que trouxe uma notícia positiva e outra negativa sobre a base demográfica rural no Brasil.

A boa notícia é que, na contramarcha da marcada masculinização do campo, as áreas rurais brasileiras estão ficando lentamente mais femininas, com quase 2 mulheres para cada 10 homens assumindo a chefia de uma unidade produtiva. Vale ressaltar que, há 11 anos, no censo anterior, a proporção era de 1 mulher para cada 10

homens à frente de uma unidade produtiva. Em dados percentuais, o IBGE (2017) aponta um aumento de 12,68% em 2006 para 18,64% em 2017, em relação ao número de líderes de estabelecimentos agropecuários do sexo feminino.

Um fator explicativo desse fenômeno claramente positivo é o aumento da tecnologia disponível no campo, que alivia consideravelmente a carga na mão de obra familiar. Além do número de tratores, que cresceu cerca de 50% no período entre os dois censos, aumentou também a potência destes, o que permite ao produtor ou produtora executar uma operação em menor espaço de tempo, gerando resultados importantes para a agricultura, em função do calendário agrícola e das condições climáticas. É claro que a compra de um trator é ainda muito restrita entre pequenos e médios produtores, com escalas de unidades produtivas e capacidade de capitalização ainda baixas. As cifras do censo ilustram claramente esse fenômeno: existem mais tratores e mais terras para a agricultura, porém, também existem menos pessoas no campo.

As áreas destinadas à agricultura e pecuária cresceram 5% e ultrapassaram os 350 milhões de hectares. A expansão foi maior nas regiões Norte (que coincide com o bioma Amazônia) e Centro-Oeste do País, uma vez que nas regiões Centro-Sul e Sudeste (que em grande parte coincide com a Mata Atlântica) a fronteira agrícola já é extensa e quase toda explorada.

De 2006 (data do Censo Agropecuário anterior) a 2017, o número de tratores cresceu quase 50% no País. Nesse mesmo período, 1,5 milhão de pessoas deixaram de trabalhar na lavoura. A equação parece simples: mais tecnologia, menos mão de obra no campo (incluindo jovens), porém inclui diversos outros fatores como questões ambientais, mercadológicas e modelos produtivos menos viáveis.

A notícia ruim é precisamente esse agravamento de uma tendência histórica nas áreas rurais brasileiras (e mesmo do mundo): a da crescente urbanização e do envelhecimento da população rural, com cada vez mais jovens abandonando seu modo de vida rural e

migrando para as cidades quando não vislumbram alternativas no campo. Em efeito, a proporção de produtores mais velhos aumentou. Já a participação dos mais jovens diminuiu.

A maior possibilidade de estudos e oportunidades de trabalho em outras áreas estão entre as causas que fazem com que os jovens migrem para outras regiões (CARNEIRO, 1998, 2007). De fato, a participação do jovem no processo produtivo, em muitos casos, ainda não é suficiente para sustentar a produção. O problema da sucessão para os filhos, propriedades sem atividades significativas e a falta de acesso à educação superior de qualidade são alguns dos fatores determinantes do êxodo, como veremos mais adiante.

A respeito da presença feminina no campo, por que, apesar dessas suaves tendências positivas, as mulheres continuam “invisíveis”? Ou se são mais visíveis do que no passado, por que o potencial produtivo do seu trabalho continua menos valorizado?

As mulheres possuem um importante conhecimento sobre agricultura e natureza e, também, boas habilidades no manejo do gado e da lavoura, que são frequentemente ignoradas ou pouco valorizadas pelos homens da família, por pesquisadores e pelos tomadores de decisões. Ao mesmo tempo, as mulheres rurais não são tradicionalmente vistas como agentes de mudanças, mas sim como observadoras passivas (QUISUMBING et al., 2014). Isso acontece porque as relações sociais de produção utilizam a distinção de gênero, construída, social e culturalmente, para atribuir papéis sociais para homens e mulheres.

A respeito do caso concreto da escolaridade, o Censo Agropecuário de 2017 aponta que, do total de produtores entrevistados, 15,5% afirmaram que nunca frequentaram escola, já 29,7% não passaram do nível de alfabetização, e 79,1% não foram além do nível fundamental. Além disso, 1.163.354 produtores e produtoras brasileiros (23,05%) declararam não saber ler e escrever. Apesar dos dados negativos, vale salientar que as mulheres também estão se preparando mais para assumir as funções de gestão da propriedade rural, frequentemente com maior nível de instrução formal do que os homens da mesma idade.

Escolaridade da mulher rural



Um fator parece explicar o fato de as mulheres estarem cada vez mais preparadas para assumir a gestão da propriedade rural: devido às dificuldades históricas para que elas fiquem à frente da unidade produtiva, as famílias tenderam a investir mais na educação das filhas do que dos filhos. Assim, é possível identificar no meio rural uma tendência de desempenho melhor das mulheres do que dos homens em relação aos indicadores educacionais, principalmente entre os mais jovens (IBGE, 2017).

Nesse sentido, e apesar dos avanços já mencionados, existe um baixo reconhecimento, inclusive por parte das próprias mulheres, da sua participação no trabalho familiar, percebido como trabalho doméstico, auxiliar ao do marido ou frequentemente caracterizado por elas próprias como uma simples ajuda (COURDIN; LITRE; CORREA, 2014; BRUMER; DOS ANJOS, 2008).

Como consequência e apesar da evolução recente, o conhecimento sobre o papel real das mulheres nas atividades produtivas ainda é muito limitado, o que dificulta a criação de políticas de apoio destinadas às mulheres para melhorar suas condições de vida e a produtividade de seu trabalho (FARIA, 2009).

No mundo rural, a subvalorização do trabalho feminino é ainda maior do que no meio urbano, pois as definições estatísticas do que é “trabalho produtivo” e “trabalho não produtivo” são frequentemente arbitrárias e confusas. Os censos, por vezes, utilizam definições muito limitadas do que é a “atividade agrícola”, ou “mão de obra familiar”, incluindo dentro dessa categoria o cultivo da terra, o manejo do gado e trabalhos do campo vinculados a essas atividades de maneira indistinta. Outras tarefas, como a seleção de sementes, o cultivo sem agrotóxicos, o armazenamento e conservação e a transformação de produtos agrícolas, nas quais as mulheres estão fortemente envolvidas, são frequentemente ignoradas pelos pesquisadores (FIOCRUZ, 2017).

Seguindo essa lógica, como já foi mencionado, as mulheres são, sistematicamente, vistas como passivas ou secundárias na esfera de relações produtivas, como força auxiliar a dos homens. Não é preciso ir muito longe para ver o quanto essa ideia é falsa. Sem o trabalho doméstico, o trabalho produtivo não se viabiliza, visto que as condições de produção e reprodução de tarefas consideradas produtivas dependem da realização de tarefas domésticas. Em muitas oportunidades, as mulheres vão além das tarefas domésticas e executam trabalhos tradicionalmente considerados “masculinos”, como o manejo e a sanidade do gado, as parições, a contabilidade da unidade produtiva, o manejo do trator e a comercialização.

Como resultado de sua “invisibilidade” no meio rural, as mulheres cada vez mais optam por alternativas para melhorar o seu poder de barganha dentro da unidade produtiva: seja por meio da educação, da associação com outras mulheres, da implementação de empreendimentos próprios com a ajuda de pequenos empréstimos e até da migração em busca de trabalhos não agrícolas.

Segundo Brumer e Dos Anjos (2008), o tradicional êxodo feminino da agricultura é equivalente ao êxodo masculino de não sucessores. Existe uma tendência histórica a deixar a terra com o filho

mais velho (ou mais novo, nos casos onde existe o “minorato”), mesmo que na produção familiar as mulheres sejam tão ativas quanto os homens.

Siliprandri (2009) lembra que as diferentes práticas de herança e sucessão são, em geral, acompanhadas da exclusão feminina da sucessão em um estabelecimento familiar. As mulheres, ao mesmo tempo em que não são reconhecidas como prováveis “chefes” da unidade produtiva, entram nesta atividade por meio do casamento. “De qualquer forma, as mulheres são encaminhadas a diferentes formas de desistência da terra familiar (casamento com dote, êxodo, celibato), que podem ser considerados equivalentes a mecanismos de exclusão feminina da chefia de estabelecimentos agrícolas” (BRUMER; DOS ANJOS, 2008, p. 13).

Em uma pesquisa citada pelos mesmos autores e realizada numa região de agricultores familiares descendentes de imigrantes italianos no estado do Rio Grande do Sul, Spanevello (2008) verificou que os pais entrevistados acreditam que os filhos homens são os mais capacitados para suceder-lhes. As filhas mulheres somente são herdeiras da terra por exceção (por *default*), em casos em que são filhas únicas ou quando permanecem solteiras e a terra é explorada junto com o irmão (COURDIN; LITRE; CORREA, 2014).

Segundo Deere e León (2002), apesar dos avanços em matéria legal para que tanto homens quanto mulheres tenham igualdade formal na propriedade da terra, é menos provável que as mulheres sejam compradoras efetivas. Elas dependem em maior medida da herança e, mesmo assim, como já vimos, os irmãos homens possuem maior probabilidade de serem escolhidos como sucessores do comando da unidade produtiva paterna.

Significativamente, as perspectivas de herança de mulheres rurais também condicionam suas possibilidades de casamento e as relações dentro deste. A propriedade da terra afeta a capacidade das mulheres de influenciarem as decisões econômicas da família e de assegurar direitos. Mas a propriedade pode ser, também, uma cau-



sa de tensão e conflito doméstico, pois desafia as relações de poder entre os homens e as mulheres (DEERE; LEON, 2002).

Na ampliação dos direitos de propriedade, como indicam Deere e León (2000), até o início do século XX, um dos fatores que mais limitavam o acesso da propriedade da terra entre as mulheres era a natureza restrita dos direitos de propriedade das mulheres casadas. Deere e León (2002) defendem que “a titulação conjunta da propriedade da terra e de outros bens, como moradia, é um mecanismo de suma importância para a inclusão da mulher”. Ela tem “o potencial de beneficiar mais mulheres rurais do que qualquer outra medida”, principalmente em casos de abandono, separação ou viuvez.

No que se refere aos direitos de propriedade, a Constituição Federal brasileira estabelece a titulação conjunta obrigatória da terra para o casal. Outra regulamentação nesse sentido é a Portaria do Inca nº 981/2003, que causou diminuição nas práticas de submissão das

mulheres em relação aos homens, na esfera privada das propriedades rurais, desde sua implementação.

A política do Programa Bolsa Família (PBF) contribuiu para o empoderamento das mulheres – mais de 90% das titulares do Programa são mulheres. No entanto, desafios significativos quanto à efetivação da igualdade de gênero no Brasil ainda permanecem (PNUD, 2016).

Ademais, na América Latina, existe um volume crescente de evidências que demonstram que a mulher tem maior probabilidade de colocar qualquer renda que receba individualmente no fundo comum para o benefício da família. Esse fato tem sido amplamente confirmado em outras regiões, como a África e Índia. Por outro lado, o homem tem maior probabilidade de “gastar parte de sua renda em desejos pessoais, contribuindo com apenas uma parte de seus ganhos para o fundo da família” (DEERE; LEÓN, 2002).

Outros fatores que influem nas tomadas de decisões são a tradição e as divisões de tarefas baseadas no gênero, que estabelecem que o homem deve se dedicar com prioridade ao trabalho produtivo, e a mulher às tarefas reprodutivas. Consequentemente, entende-se neste contexto que é o homem quem deve tomar as decisões, controlar e ser responsável pelo produto, e que a mulher deverá decidir sobre o universo doméstico.

Brumer (2004) afirma que a baixa valorização atribuída ao trabalho da mulher e a falta de perspectiva de receber herança da terra alimentaram a já conhecida “masculinização do campo”, que resultou em um êxodo rural relativamente maior por parte de mulheres do que de homens. Adicionalmente, como a migração rural-urbana também foi historicamente maior entre a população em idade produtiva (14 a 65 anos), ocorreu, ainda, nas zonas rurais, comparativamente às zonas urbanas, um relativo envelhecimento populacional.

A forte tendência do aumento do número de homens solteiros no meio rural (timidamente reduzida nos dados do último Censo Agropecuário, como já vimos), teve consequências negativas para o desenvolvimento de atividades produtivas agrícolas, tendo em vista o

importante papel desempenhado pelas mulheres e filhos como mão de obra familiar não remunerada. Um exemplo é a possibilidade de que homens sozinhos, ou morando só com sua parceira, tenham preferência por processos produtivos menos complexos, grandemente apoiada em tecnologia poupadora de mão de obra. Também, podem optar pela pecuária, nos casos de baixo nível de capital tecnológico.

A respeito do valor do capital social, vinculado à ação coletiva e ao associativismo, as mulheres rurais no Brasil já se organizam em associações autônomas desde a década de 1960, quando passaram a integrar os movimentos sindicalistas na década de 1980 em diferentes estados do País (DEERE, 2004). Na década de 1990, possuíam como pautas de debate a violência e a dominação patriarcal.

Apesar de todas essas análises, não podemos de forma alguma falar em características universais das mulheres que vivem no meio rural ou problemas que são compartilhados por todas. De qualquer forma, alguns temas foram consistentemente abordados por essas mulheres



nas oficinas familiares do PRS, em certa medida trazendo pontos convergentes às agendas dos mais diferentes grupos. Assim, ao falar da mulher no campo existem ao menos quatro caminhos que se cruzam:

» 1. A questão produtiva.

De modo geral, as mulheres têm reivindicado maior justiça na distribuição de terras, assim como demandam,, a implementação de uma agricultura mais sustentável e agroecológica. Possuem perfil mais combativo, por exemplo, em relação ao agronegócio não sustentável e , ao uso de agrotóxicos. A reivindicação das mulheres está em alcançar uma produção diversificada e saudável para o autoconsumo e para a geração de renda;

» 2. Autoestima.

As mulheres rurais travam uma luta para que sejam reconhecidas como seres humanos capazes de decidir sobre a própria vida, de terem suas opiniões e decisões validadas dentro da família e de conquistar aquilo que almejam para o futuro.,

» 3. Uso equitativo do tempo.

O terceiro caminho discute a distribuição das tarefas domésticas e das tarefas produtivas, assim como o uso do tempo, entre mulheres e homens. Apesar de ainda serem as principais responsáveis pela limpeza da casa e seu entorno, pela preparação das refeições e o cuidado com as crianças e os mais idosos, as mulheres que vivem no meio rural levantam debates sobre a necessidade de repensar essas distribuições e de serem reconhecidas também nas atividades produtivas como trabalhadoras e não apenas como meras ajudantes;

» 4. Protagonismo feminino e participação política.

Por fim, o quarto caminho se vincula ao protagonismo e à participação política das mulheres. Elas lutam e valorizam a participação em instituições formais e não formais. Há uma proposta política voltada para o local e o que importa é a rele-

vância dessa participação e não apenas seu reconhecimento formal-institucional. As mulheres que vivem no meio rural reivindicam o reconhecimento da capacidade que elas têm de ocuparem os espaços de decisão (sejam eles no espaço público ou no espaço doméstico), tendo a liberdade para planejar e defender os interesses pessoais e coletivos.

1.2 JOVENS RURAIS: FORTALECIMENTO E INOVAÇÃO NA PRODUÇÃO

As pesquisas sobre a temática “juventude” estão muito em voga nas ciências sociais voltadas ao estudo do meio rural, especialmente quando as estatísticas insistem em confirmar, como já vimos, o envelhecimento da população rural.

Como lembram Brumer e Dos Anjos (2008), o interesse nessa temática decorre, por um lado, dos elevados índices migratórios do meio rural em direção às cidades, com a predominância de jovens e, entre eles, de mulheres, implicando no envelhecimento e na masculinização da população rural (tendência que, como vimos, está sendo revertida em alguns setores rurais); e, por outro lado, do aumento de problemas ligados à sucessão geracional nos estabelecimentos familiares, “seja pela dificuldade de encontrar sucessor entre os filhos dos proprietários, seja pelos conflitos entre os herdeiros legais em torno da partilha do patrimônio familiar” (BRUMER; DOS ANJOS, 2008, p. 8).

Uma pesquisa realizada por Litre (2010), entre 25 famílias do estado do Rio Grande do Sul, demonstrou que os jovens enfrentam ao menos dois grandes desafios:

1. A curto prazo, o desafio de produzir os meios econômicos para contribuir na satisfação das necessidades básicas de suas famílias;
2. Em longo prazo, para reproduzir (e na medida do possível, melhorar) as condições do seu modo de vida ao longo das



gerações, incluindo a sustentabilidade econômica e ambiental da propriedade.

A respeito da segunda finalidade, o mesmo estudo demonstrou que 9 entre 10 famílias desejam que os seus filhos continuem na atividade, ainda que combinada com uma atividade profissional. Os resultados foram similares em pesquisas feitas na Argentina e no Uruguai (LITRE, 2010). Somente aqueles cuja quantidade de terra não era suficiente para garantir a sucessão entre todos os filhos expressaram a intenção de que ao menos alguns deles procurassem trabalho fora da unidade produtiva.

Questionados sobre o que gostariam de fazer, caso ganhassem uma grande quantidade de dinheiro, 95% dos entrevistados responderam que gostariam de comprar mais terras e gado para poder deixar de herança aos filhos, dando, assim, continuidade à atividade familiar rural. Esses resultados se mantiveram estáveis nos três países estudados.

A reprodução dos modos de vida a curto e longo prazo só pode ser atingida, caso exista terra para dividir entre os filhos, por meio de

uma transmissão bem-sucedida da unidade produtiva das antigas às novas gerações. Porém, a sucessão enfrenta pelo menos três obstáculos: (i) o aumento do preço da terra, que impede ou dificulta a compra ou o arrendamento de novas terras para dividir entre os herdeiros; (ii) a rápida fragmentação (“parcelamento”) ao longo das gerações, que converte as unidades produtivas em minifúndios economicamente insustentáveis; e (iii) um tema muito menos estudado: o papel da comunicação no seio da família (PITTS et al., 2009), intimamente vinculado à racionalidade comunicativa dos pequenos e médios produtores rurais.

A qualidade do diálogo e da comunicação entre pais e filhos interfere de maneira substancial no planejamento da transmissão da unidade produtiva. Seguindo a matriz de análise de Pitts et al. (2009) para o estudo da sucessão em unidades produtivas familiares na Pennsylvania (EUA), Litre (2010) identificou três categorias de planejamento da transmissão na Mata Atlântica:

» 1. Planejamento significativo.

Essas famílias desenvolveram planos de transmissão da Unidade Produtiva – UP e atuaram para implementar esses planos. Entre outras características, essas famílias demonstraram clareza na hora de identificar o(s) sucessor(es) e de que maneira o capital seria dividido entre os filhos. Um sentido de “urgência” foi evidenciado no discurso de alguns dos membros mais velhos desse tipo de família, do tipo “devemos fazer a transmissão agora que estamos vivos”, ou “devemos fazer o possível para manter o campo nas mãos da família”. As estratégias de transmissão específicas dessas famílias foram variadas.

» 2. Planejamento moderado.

Esse tipo de família tem começado a desenvolver planos de transmissão e maneiras de implementá-los. Apesar dessas famílias também atribuírem um alto nível de importância ao tema da sucessão, por diferentes razões esses planos não foram fi-

nalizados nem implementados. Os membros jovens da família compreendiam claramente o comprometimento de seus pais para manter a UP dentro da família. Porém, os planos específicos de sucessão não eram claros. Não tinham sido definidos assuntos como a maneira em que seria dividido o capital (terra, máquinas, veículo, casa, etc.) entre os irmãos e os papéis e responsabilidades específicos para cada membro da família.

» 3. Planejamento limitado.

Esse tipo de família não tinha desenvolvido planos para a transferência da UP. Não foram percebidos esforços para tratar do tema da transferência nem um sentido de urgência sobre o assunto.

Como afirmam Woortmann e Woortmann (1997), em todos os casos se valoriza a manutenção da casa paterna ou materna, mas, sobretudo, a reprodução do modo de vida ligado à atividade agrícola. Porém, as estratégias tradicionais de sucessão estão fracassando. Prova disso são a ruptura da cadeia sucessória, o êxodo massivo dos jovens das áreas rurais, o fechamento de unidades produtivas familiares e a redução das possibilidades de inovação e renovação tão necessárias para a sustentabilidade de seus modos de vida (DURSTON, 1997; BARDOMAS, 2000).

O parcelamento das unidades produtivas acontece em um contexto de ruptura do padrão anterior de transmissão e de inexistência de um modelo alternativo, claramente definido e legitimado pelos membros da família (DE MELLO et al., 2003).

Em seus trabalhos para a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), Durston (1997) indica que a juventude se constitui como uma etapa marcada pela tensão e conflitos estabelecidos em decorrência dos processos típicos da construção de uma personalidade adulta, visto que geralmente os filhos atingem a maturidade física e produtiva e encontram-se submetidos à autoridade paterna.



Esse processo assume contornos bastante dramáticos quando os solteiros com mais de 30 anos ainda se encontram sob a autoridade paterna. Nesses casos, a contradição deve-se ao fato de que os jovens possuem condições para desenvolver projetos próprios, mais não possuem autonomia para o exercício dessas capacidades (DURSTON, 1997). O autor chama ainda a atenção para o fato de que a maioria dos jovens rurais tem interesse em concretizar projetos próprios, independentes de seus pais. Porém, frequentemente se veem obrigados a postergar sua autonomia em função dos interesses familiares.

Uma das primeiras dificuldades que surgem nas discussões e, conseqüentemente, nas propostas de ações voltadas para a juventude que vive no meio rural é o próprio conceito de jovem ou do que é ser jovem. Considerar apenas o critério de idade ou tentar enquadrar o conceito em simplificações teóricas é reducionista e pouco conseguirá contribuir para proposições efetivas.

Conforme o Conselho Nacional de Juventude, a juventude não deve ser compreendida a partir de uma “dimensão etária e geracional”, ou mesmo como a “passagem para a vida adulta”. É, no entanto, “parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos que têm especificidades que marcam a trajetória de cada um. Disso decorre a importância de considerar a pluralidade e as circunstâncias que caracterizam a vivência juvenil (BRASIL, 2011, p. 17).

Weisheimer (2005) propõe algumas abordagens em que os variados conceitos de jovem podem estar ancorados, quais sejam: (a) juventude como faixa etária; (b) juventude como um período de transição que vai da puberdade à fase adulta; (c) juventude como compartilhamento de experiências comuns; (d) juventude como um modo de vida ou expressão de uma cultura; (e) juventude como uma posição na hierarquia social fundada na representação social e na autorrepresentação.

O conceito de jovem utilizado nas oficinas participativas do Projeto Rural Sustentável foi o do indivíduo que, no contexto do núcleo familiar,



assume o papel de filho e que, mesmo participando do processo produtivo, está hierarquicamente subordinado aos pais. Conceito que está mais alinhado à última abordagem apontada por Weisheimer (2005).

Se delimitar um conceito para o que é ser jovem não é algo simples, tampouco será simples conseguir identificar todas as dificuldades que os jovens enfrentam e, aqui, de forma específica, os jovens que vivem no meio rural. Mesmo reconhecendo os jovens como um grupo, não é possível reconhecê-los com características homogêneas. As localidades onde residem e trabalham, as experiências de vida e a forma como ocorrem as relações familiares são alguns dos fatores que fazem com que as dificuldades enfrentadas por cada jovem sejam diversas.

Ainda que de maneira limitada tentamos identificar três tipos de dificuldades que, se não são vivenciadas por todos os jovens, ao menos são reconhecidas como situações que podem afetar de maneira negativa a vida dos jovens que moram no campo:

» 1. Acesso limitado à educação formal.

Uma dessas situações é o acesso escasso à educação e à formação profissional, principalmente ao ciclo do Ensino Médio, Graduação e Pós-graduação. Apesar de processos recentes de interiorização do Ensino Médio e Superior, os jovens que vivem no meio rural precisam, em geral, percorrer longas distâncias quando desejam dar continuidade em seus estudos, o que resulta na migração desses jovens para as cidades ou o abandono dos estudos.

» 2. Acesso limitado à renda.

A segunda situação diz respeito ao acesso à renda e às características do trabalho. Os jovens buscam obter renda, mas também realização e identificação no trabalho, e esses anseios não podem ser entendidos como pertencentes apenas àqueles que vivem nas cidades. Os jovens que moram no meio rural almejam a valorização de suas atividades profissionais e desejam se reconhecerem no trabalho que realizam.

» 3. Condições de vida no campo.

A terceira situação está relacionada às condições de vida no campo. O acesso a lazer no campo é restrito, fazendo com que muitos jovens busquem opções externas a sua realidade. Também, a disponibilidade reduzida de uma estrutura de comunicação e de acesso à internet em algumas comunidades rurais mantém esses jovens isolados. Além disso, o número cada vez menor de jovens no campo faz com que aqueles que permanecem se sintam sozinhos, com poucas perspectivas de estabelecerem laços de amizade ou construir relacionamentos e formarem famílias.

Diante das três situações destacadas, percebemos a dificuldade do discurso de que é necessário fixar o jovem no campo e na atividade agrícola. Nesse sentido, as oficinas familiares do PRS procuraram evidenciar estas questões relacionadas aos jovens que vivem no meio rural e que, de alguma maneira, sentem-se forçados a uma migração para a cidade, seja porque não conseguem vislumbrar perspectivas atrativas de trabalho no campo, seja porque acabam vislumbrando, muitas vezes de forma equivocada, os espaços urbanos como um mundo de mais facilidades.

Assim, nas oficinas ficou evidente que os jovens que vivem no meio rural demandam condições mais adequadas para que possam ter educação, trabalhar, gerar renda, usufruir de lazer e viver com qualidade.

Para os jovens que desejam permanecer no campo, faz-se necessário garantir o acesso à terra em quantidade suficiente para que possam desenvolver suas atividades agrícolas. Mas apenas o acesso à terra não é suficiente, os jovens precisam desfrutar de linhas de crédito, de assistência técnica e de espaço para que possam implementar inovações, seja na produção, no beneficiamento, na gestão ou na comercialização.

Destaca-se que para a superação das dificuldades indicadas neste relatório, os jovens precisam ser entendidos não como aqueles

que no futuro irão assumir uma propriedade, ou que no futuro darão continuidade às atividades agrícolas, mas como sujeitos que constroem o espaço rural hoje.

Em síntese, quando tratamos das vulnerabilidades socioambientais enfrentadas por mulheres e jovens no meio rural, emerge a necessidade de falarmos sobre quais ações estão sendo elaboradas para esse enfrentamento e se estas são (ou não) adequadas. Porém, mais do que tecer crítica às ações que são propostas por diferentes programas e projetos de extensão rural, as oficinas participativas com as famílias objetivaram capitalizar as “lições aprendidas” para fazer diferente e proporcionar de fato protagonismo e maior inclusão às mulheres e jovens do meio rural.

Segato (2003), em texto elaborado para apresentar a experiência de uma oficina com mulheres indígenas, ao tratar sobre o objetivo desta, destacou que a relevância da oficina estava em proporcionar uma capacitação para que as próprias mulheres indígenas elaborassem suas demandas, resultando em um documento com diretrizes, políticas públicas e ações. A autora acrescenta que o intuito era reunir ideias, opiniões e experiências das mulheres indígenas.

A autora conclui que, na verdade, as ideias foram muitas e enriquecedoras, e o que tinha faltado até o momento foi escutar as mulheres sobre o que elas tinham a falar sobre os interesses do grupo como um todo.

Oyarzún (2010) aponta que o problema não é a ausência de voz de determinados grupos, mas sim a ausência de escuta do que esses grupos têm a dizer. Essas vozes, que surgem em cenários não habituais, mas clandestinos, ou mesmo anônimos, muitas vezes não são escutadas.

As conclusões de Segato (2003) e Oyarzún (2010) permitem compreender as consequências danosas e pouco eficientes com que muitos projetos, programas e políticas vêm sendo implantados e como, muitas vezes, involuntariamente, essas ações têm reforçado

a invisibilidade e a exclusão das mulheres e dos jovens no campo, seja porque desconsideram alguns cenários de fala, seja porque não se fazem próximos o suficiente para aprender.

No caso específico das mulheres e dos jovens que vivem no meio rural, por vezes apontados como pessoas menos capazes de verbalizar suas demandas, muitas estratégias supostamente participativas trazem de forma hierarquizada e impositiva suas proposições, sem considerar o que já vem sendo discutido por esses grupos. Ao mesmo tempo, apresentam a ideia de desenvolvimento sustentável como um “vir a ser”, que ocorrerá quando as mulheres e os jovens



forem alcançados por essas intervenções, dando pouca ou nenhuma atenção às alternativas já empreendidas (SEGATO, 2003; OYARZÚN, 2010).

A partir dessas reflexões sobre a (in)visibilidade das mulheres e dos jovens no campo, no próximo capítulo serão apresentados os fundamentos que embasaram a elaboração das oficinas participativas do PRS para a promoção do protagonismo feminino e inclusão social dos jovens no meio rural no âmbito do desenvolvimento familiar, bem como o caminho desenvolvido nas oficinas para priorizar as pessoas, suas histórias e conhecimentos.







2

SUPERANDO BARREIRAS E
CONSTRUINDO COLETIVAMENTE

O desenvolvimento do Projeto Rural Sustentável (PRS) nos biomas Amazônia e Mata Atlântica, com pequenos e médios produtores e produtoras rurais, confirma a possibilidade da implementação de uma agricultura familiar com práticas sustentáveis, que amenizam os impactos negativos do aquecimento global.

Biomas de atuação do Projeto Rural Sustentável



Essa afirmação se sustenta não apenas porque muitos dos produtores(as) rurais se apropriaram e implementaram as técnicas de baixo carbono em suas propriedades, mas especialmente porque

o Projeto, priorizando as pessoas e seus conhecimentos locais, se-meou um terreno fértil para a criação de ideias, diálogos, parcerias, ações e para o vislumbre de um futuro promissor nas esferas social, ambiental e econômica.

Mesmo ainda com análises muito primárias sobre os impactos do Projeto nas atividades produtivas dos beneficiários, pode-se afirmar que a proposta de colocar as pessoas acima do método, respeitando suas trajetórias individuais e coletivas, vem logrando êxito.

Para o PRS, importava sim implementar uma agricultura de baixa emissão de carbono, mas esta só seria relevante se fizesse sentido para a população rural local e contribuísse para uma melhoria na qualidade de vida. Assim, ao longo do processo, foram usadas algumas estratégias para desfazer barreiras de desconfiança, para respeitar o ritmo e a realidade do campo e para gerar nos produtores e produtoras rurais, de todas as faixas etárias, um empoderamento sobre os seus destinos.

Com esse princípio norteador, entendendo que as pessoas são mais importantes que qualquer técnica, o Projeto Rural Sustentável, entre erros e acertos, seguiu na trilha de construção da sustentabilidade. Não há um modelo pronto, há um caminho e este deve ser trilhado por pessoas, que carregam consigo sonhos, crenças, sentimentos, força de vontade e tudo mais que compõe a complexidade da natureza humana.

Como toda experiência de abertura para o processo, muitos desafios foram enfrentados ao longo dessa trajetória e, ao mesmo tempo, muitas oportunidades surgiram. Além das diversidades socioambientais e econômicas de cada região e bioma, havia o desafio de gerir um projeto de grande escala, em três estados da Amazônia e quatro da Mata Atlântica, que dependia de uma rede de parceiros e atores regionais e locais.

A equipe sabia que não cabia mais falar em “transferência” unilateral e impositiva de tecnologia e nem desconsiderar a necessidade

Estados de atuação do Projeto Rural Sustentável



de empoderamento dos atores locais. Também era vital ter em conta que as tecnologias de baixo carbono, adaptadas à realidade local, deveriam ser apoiadas pelo PRS, mas sua continuidade deveria ir muito além da existência do Projeto.

A partir dessa perspectiva, os sinais do caminho foram ficando mais evidentes. Além das tecnologias de baixo carbono, o Projeto investiu nas pessoas (produtores e produtoras rurais), nos seus conhecimentos e em suas capacidades de construção e transformação, acolhendo também nesse processo as suas eventuais resistências, dúvidas e contradições.

Considerando essas subjetividades, as oficinas familiares organizadas pelo PRS foram orientadas justamente para superar as barreiras culturais e cognitivas que, muitas vezes, transformam a extensão rural em palavras vazias e ações mecânicas para os pequenos e médios produtores(as) e suas famílias.

Assim, antes de adentrarmos na metodologia participativa das oficinas familiares, vejamos como se apresentam essas barreiras, criadas, muitas vezes, por uma espécie de racionalidade, e quais os caminhos para superá-las. Como veremos, dentre estas, existe, em muitos casos, uma barreira de percepção sobre as mudanças do clima, bem como sobre a necessidade de mitigação e adaptação ao risco climático.

2.1 RACIONALIDADE COMUNICATIVA

A extensão rural no Brasil é frequentemente pensada a partir de uma racionalidade instrumental e não comunicativa. Isso explica em grande parte as experiências frequentes e frustrantes dos agricultores e suas famílias com as “receitas” técnicas da extensão rural, incluindo aquelas consideradas mais promissoras e melhor planejadas.

Mas o que é a racionalidade comunicativa e como ela se diferencia da racionalidade instrumental? Por que compreender a racionalidade comunicativa do produtor beneficiário do PRS se tornou tão importante na hora de pensarmos em oficinas familiares inclusivas e realmente efetivas para uma agricultura familiar mais sustentável?

Com o processo de modernização, passou-se a prevalecer nas sociedades industriais uma forma de pensar amplamente difundida e valorizada: a racionalidade instrumental. Essa racionalidade se define pela relação meio-fim, ou seja, pela organização de meios adequados para atingir determinados fins ou pela escolha entre alternativas estratégicas, com vistas à consecução de objetivos.

Utilizando conceitos mecanicistas, que já vinham se difundindo no meio científico desde o século XVI, o processo de desenvolvimento se apropriou de um racionalismo matemático, retirando o valor de

construções subjetivas e não mensuráveis. Nesse contexto, o meio ambiente físico, por exemplo, não tinha valor em si, mas somente pelo seu potencial de ser explorado pelo ser humano (CAPRA, 1982). Habermas (1929), filósofo e sociólogo alemão contemporâneo, que tem seu nome associado à Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, buscou superar o conceito de racionalidade instrumental ampliando o conceito de razão. Com essa proposta, criou um conceito de razão que contém em si as possibilidades de reconciliação consigo mesma, que chamou de *razão (racionalidade) comunicativa*.

Não se posiciona radicalmente contra a racionalidade instrumental da ciência e da técnica, visto que reconhece a sua função e aplicabilidade para o ser humano. O que ele defende é que a razão é algo a ser implementado socialmente no processo de interação dialógica dos atores envolvidos em uma mesma situação, adquirindo mais rigor por meio do que Habermas chama de discurso. Na ação comunicativa, cada interlocutor suscita uma pretensão de validade quando se refere a fatos, normas e vivências, e existe uma expectativa que



Alta Floresta, MT

seu interlocutor possa, se assim o quiser, contestar essa pretensão de validade de uma maneira fundada, isto é, com argumentos. Para Habermas, portanto, a racionalidade não é uma faculdade abstrata inerente ao indivíduo isolado, mas um procedimento argumentativo pelo qual dois ou mais sujeitos se manifestam, dialogam e interagem na análise de um determinado tema (FREITAS, 1993).

Nesse contexto, tanto no diálogo cotidiano como no discurso, todas as verdades anteriormente consideradas válidas e inabaláveis (como sugere a racionalidade técnica), segundo Habermas, podem ser questionadas. Todas as normas e valores vigentes têm de ser justificados; todas as relações sociais são consideradas como resultado de uma negociação na qual se busca o consenso e se respeita a reciprocidade, fundados no melhor argumento. A razão comunicativa, assim, circunscreve um conceito para o qual o questionamento e a crítica são elementos constitutivos, mas não sob a forma monológica e sim de forma dialógica, em situações sociais, em que a verdade resulta de um diálogo entre pares, seguindo a lógica do melhor argumento (FREITAS, 1993).

Considerando a racionalidade comunicativa e trazendo seus preceitos para a extensão rural, percebemos a necessidade de se estabelecer limites em relação ao uso da racionalidade instrumental, que é frequentemente usada no meio rural brasileiro. Esse tipo de racionalidade técnica (instrumental), como foi mencionado, é definido pela relação meio-fim, ou seja, pela organização de meios adequados para atingir determinados fins ou pela escolha entre alternativas estratégicas com vistas à consecução de objetivos (no caso da agricultura familiar, por exemplo, o aumento da produtividade).

Apesar da utilidade dessa proposta, vale considerar que não importa apenas o estabelecimento de técnicas e meios de produção, visto que essa perspectiva exclui a subjetividade dos produtores e produtoras rurais, na qual estão seus anseios, objetivos próprios, suas capacidades de análise sobre a sua própria realidade e sua necessidade de realização individual e social dentro da atividade produtiva.





Camamu, BA

Considerando todos esses aspectos, a estratégia das oficinas familiares do PRS buscou ir além da técnica. Considerando a proposta da racionalidade comunicativa, buscou identificar e reconhecer os sujeitos para estabelecer pontes dialógicas, nas quais a comunicação, a troca de saberes e a construção coletiva se tornassem uma realidade.

A respeito da comunicação, Habermas (1981b) defende que ela se manifesta pela relação que os sujeitos estabelecem entre si, mediada por atos de fala, a partir de três “mundos”: o mundo objetivo das coisas, o mundo social das normas e instituições e o mundo subjetivo das vivências e dos sentimentos.

As relações com esses três mundos estão presentes, ainda que não na mesma medida, em todas as interações sociais. Um dos principais objetivos da metodologia desenvolvida para as oficinas familiares foi



Capelinha, MG

justamente a de resgatar e valorizar essas três esferas: a objetiva, a social e a das vivências e sentimentos dos produtores e produtoras.

Como valorizar esferas tão complexas? Lembrando de alguns fatos básicos, como, por exemplo, de que as pessoas, ao interagirem, coordenam suas ações. Do conhecimento que elas partilham do mundo objetivo, depende o sucesso ou o insucesso de suas ações conjuntas, sendo que a violação das regras técnicas conduz ao fracasso.

Em segundo lugar, as pessoas interagem orientando-se segundo normas sociais, que já existem previamente ou que são produzidas durante a interação. Estas estão diretamente vinculadas a questões fundamentais das oficinas participativas do PRS, como gênero e definição de juventude no campo. Essas normas de gênero e geracionais estão imbricadas em questões culturais e até religiosas, pois definem expectativas recíprocas de comportamento, sobre as quais todos os participantes têm conhecimento. Como uma regra familiar e/ou comunitária interna, sua violação pode gerar sanções, mesmo que estas circulem apenas em níveis psicológicos.

Em terceiro lugar, em todas as interações as pessoas revelam algo de suas vivências, intenções, necessidades, temores etc., de tal modo que deixam transparecer sua interioridade. Embora as pessoas, em maior ou menor grau, possam controlar as manifestações de suas vivências subjetivas, a partir de suas ações pode-se tirar conclusões a respeito da sua transparência e sua decisão de compartilhar ou não abertamente seus sentimentos.

Nesse sentido, as oficinas pretenderam criar espaços de confiança, abertura e respeito para que as vivências fossem transmitidas com a maior liberdade e espontaneidade possível, lembrando, como veremos mais adiante, que uma das premissas norteadoras dos encontros foi: “ninguém é dono (ou dona) da verdade”.

E como isso se manifesta na experiência da extensão rural? Diante das ações do PRS em campo, constatou-se que os produtores(as) rurais utilizam as duas racionalidades, a instrumental e a comunica-

tiva, com maior propensão para a segunda. Se por um lado, há uma análise financeira (racional e objetiva) sobre os riscos em inovar, por outro, há uma percepção mais subjetiva sobre a realidade, na qual se insere, por exemplo, a preservação da união familiar. Se a implementação de uma nova tecnologia for um caminho para criar novas oportunidades para os jovens filhos no campo, certamente, isso estará computado na balança de riscos e benefícios.

Pensando em todos esses elementos, foram definidos os pressupostos para a elaboração das oficinas participativas para a promoção do protagonismo feminino e inclusão social dos jovens rurais. São eles:

» 1. Racionalidade comunicativa

Os produtores pequenos e médios, em geral, usam uma racionalidade comunicativa e não exclusivamente econômica ou técnico-científica. Essa racionalidade comunicativa está muito mais orientada à manutenção do modo de vida tradicional (*livelihood*), ao bem-estar da família e até dos animais, do que em obter necessariamente uma maior renda;

» 2. Identidade atrelada à produção

A maior parte dos produtores se identifica com sua propriedade e com sua atividade, sente orgulho do seu modo de vida e gostaria que os seus filhos tivessem a chance de continuar nela de maneira digna;

» 3. Exposição ao risco

Devido à superposição de marcos de exposição ao risco (riscos socioeconômicos, como as oscilações de preços ou regulações do mercado e doenças familiares, e riscos atrelados às mudanças climáticas), em todas as trajetórias das famílias de agricultores existem momentos de avanço e de retrocesso, tanto entre os agricultores mais arrojados e favoráveis às melhorias tecnológicas quanto entre os mais conservadores e avessos às inovações;



» 4. As reações dos produtores rurais

As reações dos produtores rurais familiares em relação ao risco e às incertezas são determinadas, em primeiro lugar, por suas personalidades, pelas suas expectativas e pelas suas relações pessoais (redes de diálogo), e, em segundo lugar, pelos contextos ambientais, políticos, administrativos etc.

A partir desses pressupostos, percebe-se que os agricultores familiares consideram uma quantidade grande e variada de possibilidades de riscos nos seus processos cotidianos de decisão. Além do perigo de uma perturbação, eles avaliam o contexto ambiental, socioeconômico, político e administrativo, junto com as possibilidades oferecidas pelo seu sistema de produção e o tipo de unidade produtiva (principalmente, tamanho e qualidade do solo). Aliado a isso, considera o bem-estar familiar, a possibilidade de manutenção da propriedade, dentre outros fatores subjetivos.

2.2 MUDANÇAS CLIMÁTICAS E AS BARREIRAS COGNITIVAS E CULTURAIS

» MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO

Considerando o cenário atual global de mudanças do clima, muito se fala em mitigação e adaptação às mudanças climáticas, mas o que isso de fato significa? A mitigação, relacionada ao meio ambiente, consiste em uma intervenção humana com o intuito de reduzir ou remediar um determinado impacto ambiental nocivo (Pfeiffer, 2014).

No contexto do PRS, seria a adoção de sistemas de produção mais equilibrados e sustentáveis, tais como os sistemas agroflorestais; a integração lavoura-pecuária-floresta; o plantio de florestas comerciais; a recuperação de áreas degradadas com pastagem ou floresta e o manejo sustentável de floresta nativa.

Na perspectiva ambiental, esses sistemas produtivos, chamados de tecnologias de baixo carbono, têm a capacidade de diminuir a



Nova Londrina, PR

emissão de gases de efeito estufa (GEE), como o CO₂ (dióxido de carbono) e, em alguns casos, de capturar carbono, ou seja, de manter o carbono no sistema ao invés de liberá-lo na atmosfera³.

Além da mitigação, outra medida fundamental nesse contexto de mudanças climáticas é a adaptação, que pode ser entendida como uma série de respostas aos impactos atuais e potenciais das mudanças do clima, com o objetivo de minimizar possíveis danos e aproveitar as oportunidades potenciais (Del Olmo, 2017)⁴.

No universo científico, é consenso entre os pesquisadores sobre as mudanças climáticas, que o planeta deve aquecer-se em 1° C nas próximas décadas, independentemente das ações de redução de emissões de gases de efeito estufa que os países venham a implementar. É o chamado efeito inercial resultante de um aquecimento de 0,7 a 1°C, ocorrido na última década, de acordo com o quarto relatório do Painel Internacional sobre as Mudanças Climáticas (IPCC, 2007).

Os estudiosos também prevêem, como resultado tanto do aquecimento já ocorrido como do que virá, um asseveramento de furacões, chuvas, enchentes e secas, bem como da possibilidade desses fenômenos se tornarem cada vez mais frequentes (IPCC, 2007).

Nesse cenário, uma das medidas de adaptação é a proteção dos ecossistemas que, em contrapartida, oferecerão mais proteção à população. Preservar, por exemplo, a cobertura florestal, além de evitar a emissão dos gases de efeito estufa, contribui essencialmente para a preservação do solo e a manutenção do lençol freático, que, por sua vez, são essenciais para assegurar a produção agrícola. A preservação desse sistema mantém a evotranspiração das plantas, que mantém a umidade e influenciam no regime de chuvas em outras regiões; diminui a vulnerabilidade às secas, às

³ Esse processo é também conhecido como sequestro de carbono, que ocorre, principalmente, em florestas, oceanos e outros locais onde os organismos, por meio de fotossíntese, capturam o carbono e lançam oxigênio na atmosfera.

⁴ https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/dia_do_meio_ambiente/mudancas_climaticas_adaptacao/

desertificações, às enchentes e aumenta a capacidade do próprio sistema de se regenerar frente a um evento climático.

Percebemos, assim, que o processo de adaptação deve levar em consideração duas variáveis: a vulnerabilidade, que é o grau de suscetibilidade dos sistemas (ecológicos, geofísicos e socioeconômicos) para lidar com os efeitos adversos da mudança do clima, e a resiliência, que é capacidade do sistema voltar ao seu estado original ou recuperar as suas capacidades após um evento traumático, como os eventos climáticos. Em linhas gerais, quanto menor a vulnerabilidade de um sistema e maior a resiliência, maior será o seu potencial de adaptação (Del Olmo, 2017).

Assad (2013) também indica outros caminhos no campo para se adaptar às mudanças do clima, que já resultam irreversíveis: o primeiro, via biotecnologia, que busca cultivares mais tolerantes à seca e às altas temperaturas e, o segundo, buscando na biodiversidade as espécies já naturalmente adaptadas e que tem alto potencial de mercado.

Nesse sentido, é justo valorizar o papel do PRS, que além de disponibilizar e apoiar medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, outorgou uma grande importância ao desenvolvimento de redes de diálogo profissionais entre os pequenos e médios produtores e os Agentes de Assistência Técnica (ATEC). Com isso, tratou a extensão rural como uma janela entre o produtor e as possibilidades de inovação tecnológica em busca da sustentabilidade e, também, uma ponte de diálogo entre os próprios produtores rurais que, em muitas regiões, permaneciam isolados.

De qualquer forma, vale ressaltar que a extensão rural, quando se fala de agricultura familiar, apresenta tanto potencialidades quanto limites. Sobre isso, faremos algumas reflexões a seguir.

» PERCEPÇÕES SOBRE O CLIMA E A SUPERAÇÃO DE BARREIRAS DE DESCONFIANÇA

Como vimos, as oficinas participativas com as famílias procuraram valorizar a racionalidade comunicativa dos pequenos e médios pro-



Padre Paraíso, MG

dutores da Amazônia e da Mata Atlântica. O foco em dois temas, frequentemente esquecidos neste tipo de projeto de agricultura de baixo carbono, o protagonismo feminino e a inclusão dos jovens rurais, apresentou-se encorajador e promissor, pois permitiu enxergar a realidade dos produtores e suas famílias em toda sua riqueza e também em sua complexidade.

A tarefa de reconhecer a riqueza e os desafios apresentados pela racionalidade comunicativa dos produtores familiares foi árdua. Historicamente, os contextos social e cultural, que desempenham papéis importantes na percepção dos indivíduos e na sua adesão a ações e políticas desenhadas para responder a choques e estresses socioeconômicos e climáticos, e que foram amplamente valorizados pelo PRS, não têm sido devidamente considerados. Isso tem gerado um descompasso entre as descobertas científicas e tecnológicas, assim como no desenho de políticas públicas e programas relacionados à produção de baixo carbono para mitigar os impactos negativos das mudanças climáticas e a aplicabilidade desse conhecimento no dia a dia dos produtores rurais brasileiros.

Em linhas gerais, podemos salientar que, no processo de adaptação às mudanças climáticas e socioeconômicas na produção rural, as percepções dos agricultores sobre os riscos climáticos e socioeconômicos integram a primeira das três fases de uma verdadeira adaptação dos produtores e suas famílias às mudanças do clima: (i) compreensão do risco; (ii) planejamento da adaptação e (iii) gestão da adaptação (MOSER; EKSTROM, 2010).

Uma melhor compreensão das barreiras culturais e dos valores e processos envolvidos na incorporação de novas tecnologias de agricultura de baixo carbono, tanto nas relações entre os grupos como entre estes e o meio ambiente, configura uma etapa indispensável para a superação de barreiras reais à adaptação.

Isso é especialmente verdadeiro no caso dos usuários que trabalham na agricultura familiar, que percebem de maneira seletiva os riscos atrelados às mudanças do clima e aos choques socioeconômicos nos seus biomas. Na realidade, a percepção é temporal,



Teófilo Otoni, MG

porque se trata de um fenômeno de curto prazo, o que dificulta o registro das mudanças que acontecem no longo prazo, como as mudanças do clima (LITRE; BURSZTYN, 2015).

Ao mesmo tempo, resulta vital para qualquer estratégia como a das oficinas familiares lembrar que a forma como os produtores rurais levam a cabo o processo de percepção dos desafios impostos pelo clima evolui na medida em que se enriquecem as suas experiências ou variam as suas necessidades e motivações.

Assim, torna-se difícil perceber fatores novos, perante os quais agricultores familiares não têm experiência prévia, como novos parâmetros na mudança e variabilidade do clima. Também, não é fácil para o agricultor perceber e reagir a mudanças sutis que demoram anos para evidenciar seu impacto.

Vale mencionar que existe, ainda, uma “defesa perceptiva”: as pessoas naturalmente tendem a negar o que não lhes convém, evitam inconscientemente ter estímulos desagradáveis, podendo, inclusi-



ve, distorcer uma informação que seja incongruente com as suas necessidades, valores, crenças religiosas, etc. (CURI et al., 2016).

A partir dessa realidade, uma estratégia participativa e de construção *bottom-up* (de baixo para cima), como a que adotamos no PRS, colocou as percepções dos usuários dos recursos naturais e dos atores-chave em primeiro plano. Mas, como já foi mencionado, nem sempre a existência de percepções sobre os riscos impostos pelas mudanças climáticas ou pelo manejo insustentável da propriedade implica uma transformação concreta de atitudes e de ações por parte dos beneficiários do PRS. Eis, ao nosso entender, o principal desafio: vincular, de fato, a informação científico-tecnológica e o conhecimento com ações concretas e com uma transformação real de atitudes e de comportamentos em busca da sustentabilidade socioambiental (MATSON; CLARK; ANDERSSON, 2016).

Felizmente, as barreiras sociais e cognitivas a essas transformações adaptativas não são absolutas e podem ser superadas por meio de esforços concentrados, gestão e comunicação criativas, mudanças de pensamento e das estruturas institucionais, estabelecimento de prioridades, apresentação de novas formas de uso dos recursos naturais e, principalmente, pela valorização dos saberes locais e pela promoção do diálogo entre diferentes atores sociais.

Na verdade, as transformações produtivas e econômicas propostas pelo PRS partiram do pressuposto de que os usuários finais do conhecimento compartilhado somente iriam agir se as propostas de tecnologias de agricultura de baixo carbono forem percebidas como realmente relevantes, críveis e legítimas.

Voltando a Matson, Clark e Andersson (2016), os autores lembram da triste realidade de que muitas descobertas científicas ou tecnológicas nunca saem das páginas de periódicos científicos ou livros acadêmicos, deixando soluções em potencial afastadas de inúmeras necessidades que poderiam ser resolvidas. Para os autores, o único conhecimento realmente influente é o conhecimento confiável. E, para ser confiável, esse conhecimento deve superar, desde



o início, a habitual desconfiança existente entre os “produtores de informação científica” e os usuários dessa informação.

Em outras palavras, a barreira da desconfiança mútua deve ser superada por meio de conhecimentos produzidos, desde o início, de maneira colaborativa. Frequentemente, os produtores de conhecimento ou especialistas assumem que entendem *a priori* quais são os problemas e as soluções que melhorarão o bem-estar dos “usuários finais” (tomadores de decisão, comunidades-alvo, etc.). Porém, nem sempre essa agenda de prioridades estabelecida por cientistas e outros especialistas, mesmo que carregada de boas intenções, coincide com a agenda do chamado “público-alvo”, que não outorga legitimidade, credibilidade e relevância ao conhecimento oferecido.

No caso do PRS, que já concluiu suas atividades nos biomas Amazônia e Mata Atlântica, as estratégias usadas para superar as barreiras de desconfiança foram muitas e variadas. Desde o início das atividades, investiu-se nas relações humanas e no entendimento por parte de todos os parceiros envolvidos sobre a realidade local, demandas e expectativas comunitárias.



Nesse processo, foi de grande relevância a relação e interação dos ATECs e coordenadores regionais e monitores do IABS com os(as) produtores(as), seja nos dias Dias de Campo, seja nas trocas e diálogos estabelecidos ou na assistência fornecida pelo PRS na implantação das tecnologias.

Com a mesma proposta de interação e aproximação, foram elaboradas seis cartilhas educativas voltadas aos(as) produtores(as) rurais. Em formato de história em quadrinhos e com uma linguagem adaptada ao público do Projeto, as cartilhas relataram as possibilidades de produção sustentável e trataram dos temas das oficinas - protagonismo feminino e inclusão social do jovem rural.

Outra importante estratégia, na qual estamos debruçando nossas análises, foram as oficinas participativas, que foram realizadas entre outubro e dezembro de 2018, nos estados beneficiários do PRS, dos biomas Amazônia e Mata Atlântica, que, entre os objetivos, bus-



cou promover uma rede de diálogo, priorizando os saberes locais e a construção coletiva do conhecimento.

2.3 CAFÉ COM PROSA: VALORIZANDO AS PESSOAS E A INTELIGÊNCIA COLABORATIVA

Inspirado na metodologia do *Art of Hosting* (Arte de Anfitriar), a oficina participativa, que denominamos de *Café com Prosa*, foi concebida para promover uma reflexão coletiva a respeito da importância do lugar das mulheres e dos jovens no meio rural. Para tanto, utilizamos as metodologias participativas do Café Mundial, do Círculo e do Espaço Aberto, propostas que vêm sendo utilizadas por diversos grupos ao redor do mundo para facilitar conversas e gerar uma inteligência colaborativa.

Com esse objetivo, o *Café com Prosa* solicitou da equipe de coordenação e facilitação mais do que o conhecimento da técnica, exigiu

um coração generoso e uma abertura sincera para enxergar o outro. Os facilitadores, ao se colocarem como mediadores de um processo, foram instrumentos para a promoção do diálogo e testemunhas da construção coletiva de algo rico, criativo e significativo para todos os produtores e produtoras rurais presentes nas oficinas.

Invertendo a lógica de transferência de conhecimento ou de eventos formais, nos quais representantes de projetos apresentam as possíveis “soluções” para o campo e o público-alvo participa como mero expectador, as oficinas foram atividades de encontro de pessoas, pensamentos, sonhos e ações.

Os representantes do PRS nessas atividades não foram a campo “ensinar” produtores e produtoras rurais, foram facilitar uma troca de saberes, por meio do diálogo e da escuta sensível. Com essa perspectiva, todas as ações, trajetórias e conhecimentos foram produzidos pelos próprios participantes.

As oficinas participativas aconteceram entre primeiro de outubro e 07 de dezembro de 2018. A sua realização no campo envolveu uma rede de executores, apoiadores e coordenadores. Na parte executiva estava a dupla de facilitadores (sempre uma mulher e um homem), que contou diretamente com o suporte da equipe local do IABS, coordenadores e monitores.

Considerando a realidade socioambiental das famílias de pequenos e médios produtores rurais nos referidos biomas, público-alvo do PRS, optou-se por trabalhar os temas das mulheres e dos jovens na perspectiva das famílias, ou seja, dentro do núcleo familiar. Assim, todos os membros da família, homens, mulheres, jovens e crianças, foram convidados para participar das oficinas.

A proposta foi replicar e explicar, até certo ponto, as dinâmicas internas de cada família, em vez de criar situações de “laboratório”, que possuem pouco vínculo com a realidade cotidiana dos participantes. Essa escolha metodológica pretendeu promover o diálogo intergeracional e intergênero, para que o aprendizado construído



durante as oficinas pudesse ser mais facilmente socializado no interior da família e da comunidade.

A respeito dessa escolha, ponderou-se que, talvez, fomentar o protagonismo feminino em oficinas voltadas exclusivamente para mulheres e debater a inclusão dos jovens no meio rural em oficinas exclusivas para jovens, ou seja, sem a participação dos homens adultos, que ainda são, na maioria dos casos, os chefes das unidades produtivas, pudessem não surtir efeitos práticos, visto que esse importante membro da família não teria tido a oportunidade de refletir sobre esses temas e reconhecer a importância da valorização das mulheres e dos jovens na família e nas atividades produtivas.

Embora tenhamos constatado algumas necessidades particulares em oficinas de algumas regiões, podemos afirmar que a escolha foi válida e a reflexão promovida tem o potencial de gerar bons frutos.

Ainda sobre a opção metodológica, vale mencionar que a escolha das técnicas participativas levou em consideração o número previsto de participantes nas oficinas. A ideia era que pudessemos fa-

cilitar atividades com até 100 participantes e o Café Mundial e o Espaço Aberto permitem esse número de público.

2.3.1 A arte de anfitriar

A Arte de Anfitriar, em inglês, *Art of Hosting*, é uma prática guiada por valores inspirados em sistemas vivos e auto-organizados. Explora novos padrões emergentes, tais como: estar a serviço de um propósito consistente e conectado com a essência dos indivíduos; ancorar ações naquilo que realmente tem significado; experimentar a escuta sensível e a liderança rotativa. Entre as ferramentas utilizadas, temos: o Café Mundial (*World Café*), o Diálogo, o Círculo, a Investigação Apreciativa, a arte de fazer perguntas e de colher resultados que importam e o Espaço Aberto (*Open Space*).

O Café Mundial é uma técnica de facilitação de diálogo que foi desenvolvida em 1995, por Juanita Brown e David Isaacs. Como contam os autores, eles aguardavam um grupo de 20 pessoas para promover um diálogo estratégico sobre Propriedade Intelectual e, por conta da chuva que caiu no dia, tiveram que repensar a forma de



organização do grupo. Assim, de maneira improvisada, utilizaram o espaço do café da manhã para criar um ambiente de conversas. Arrumaram as mesas pequenas disponíveis com toalhas e vasos de flores no centro. Deixaram papéis e canetas sobre as mesas para anotações e desenhos (BROWN; ISAACS, 2005).

Os participantes chegaram, escolheram os seus lugares e a dinâmica de trocas de conhecimentos e impressões se desenvolveu. Mais tarde, alguém teve a ideia de saber o que estava acontecendo nas outras mesas. Decidiram, então, trocar de lugar e conversar com outras pessoas. Diante do resultado da dinâmica, perceberam que esse poderia ser um ótimo caminho para construção do conhecimento coletivo (BROWN; ISAACS, 2005). Assim, de uma prática improvisada e de fluxo espontâneo, nascia, na Califórnia, o *World Café*, conhecido no Brasil como Café Mundial.

Juanita Brown cita a percepção de seu parceiro, David Isaac, ao final do trabalho: “Testemunhamos alguma coisa para a qual não tínhamos nenhuma linguagem. Foi como se a inteligência de um ser coletivo maior, além dos seres individuais da sala, tivesse se tornado visível para nós” (BROWN; ISAACS, 2005, p. 33).

Ainda sobre a conclusão do trabalho, ressaltam que o processo do Café, de algum modo, capacitou o grupo a ter acesso a uma inteligência colaborativa, que se tornou cada vez mais potente na medida em que as trocas de lugares e de conhecimentos aconteciam (BROWN, 2007). A força da prática do Café Mundial se revelava, então, por meio das novas associações e das diferentes percepções que se apresentavam com a polinização cruzada de pessoas e ideias.

Como um método, o Café Mundial pode ser definido como uma maneira de aprimorar a nossa capacidade de estabelecer diálogos verdadeiros ou conversas significativas. Em uma perspectiva mais metafórica, podemos entender como uma forma de perceber a conversa como o processo principal do nosso modo humano de fazer as coisas (BROWN; ISAACS, 2005).

Para alcançar os objetivos idealizados pela aplicação do método, faz-se necessário considerar os princípios que norteiam a arte de anfitriar do Café Mundial. Como ensina Brown (2007). De forma ilustrativa, vejamos os sete princípios na figura abaixo.

Princípios orientadores do Café Mundial



Analisando os princípios elencados, percebemos que eles criam um sentido de comunidade, de grupo, de afetividade, que era exatamente o que buscávamos com a aplicação das oficinas do Projeto Rural Sustentável.

Toda a programação dos dois dias de *Café com Prosa* (Módulo 1 e Módulo 2) foi alinhavada para assegurar um ambiente seguro e

acolhedor para que as pessoas pudessem expressar suas opiniões, pensamentos e emoções de uma forma livre e mais integrada. Com esse tipo de dinâmica, foi recorrente entre os participantes o compartilhamento de histórias e experiências pessoais de muito valor com pessoas que se conheceram naquele exato momento.

O ambiente propício permitiu uma fala de qualidade e uma escuta sensível, que deu forma ao compartilhamento de sonhos e de projetos individuais e coletivos. Certamente, há algo de muito antigo nesses círculos de conversa. Uma espécie de conhecimento simbólico e ancestral, que se caracteriza como um exercício da nossa humanidade.

A respeito da metodologia do Espaço Aberto (*Open Space*), que também foi utilizada no Café com Prosa, vale mencionar que se trata de uma atividade em que temas são definidos pelos participantes para serem trabalhados em grupos menores. Posteriormente, as contribuições levantadas são compartilhadas em plenária.

2.3.2 Construção do diálogo e o papel do facilitador

Como vimos acima, o papel dos facilitadores na aplicação do **Café com Prosa** foi criar um ambiente de diálogo, permitindo a troca de saberes e a construção de uma inteligência coletiva. Para tanto, eles tiveram que se respaldar em uma base teórica, que foi disponibilizada aos facilitadores antes das oficinas como forma de preparação e treinamento para aplicação da metodologia nas oficinas do PRS.

Entre os referenciais significativos abordados, vale mencionar a reflexão proposta sobre o significado de diálogo e os caminhos para se construir algo que ampliasse a percepção sobre a realidade e fosse além de uma construção racional literal. Para tanto, utilizamos a análise de estudiosos sobre o tema, como o educador Paulo Freire e pesquisadores expoentes no assunto, tais como David Bohm, Martin Buber, Georges Gusdorf e Humberto Maturana.

Segundo Freire (2007), o conhecimento se dá por meio do diálogo. É na relação com o outro e com o ambiente que os seres humanos

aprendem, mediatizados pelo mundo. Na mesma sintonia, Bohm, um dos mais renomados estudiosos sobre o diálogo, apresenta o seguinte significado sobre a palavra:

Diálogo vem do grego dialogos. “Logos” significa “a palavra” e “dia” significa através (por meio de), não significa “dois”. O diálogo pode ocorrer entre várias pessoas, não apenas duas. Até mesmo uma única pessoa pode ter um sentido de diálogo consigo mesmo, se o espírito do diálogo estiver presente. A figura de imagem desta derivação sugere um fluxo de significados (fluxo de sentidos) entre nós e através de nós. Isto torna possível um fluxo de significados no grupo inteiro, o que gera uma nova compreensão. É algo novo, que pode não estar no ponto de partida. É algo criativo. E o significado compartilhado é a “cola” ou o “cimento” que agrega as pessoas e as sociedades (BOHM, 2005, p. 34).

O autor discorre ainda sobre a importância de se penetrar nos elementos do pensamento que estão presentes no diálogo. Chama atenção para a necessidade de percebermos que, muitas vezes, nossos pensamentos podem estar equivocados, pois estão sempre imersos em nossos pressupostos e opiniões acerca de uma determinada questão. Portanto, para se chegar em um diálogo verdadeiro e efetivo, precisamos nos livrar dos nossos próprios preconceitos e suposições. Em um diálogo, a proposta é penetrar no fluxo de pensamentos do grupo, de modo a construir uma nova percepção do problema em questão. Pretende-se sair do pensamento literal para um pensamento participativo (BOHM, 2005).

Bohm tece também comentários sobre os problemas ambientais ou ecológicos. Diz que o cerne da questão está no pensamento, na forma equivocada de pensar e na falta de percepção do outro (no caso, a natureza) como parte integrante do sistema. Ressalta que essa forma fragmentada de pensar é relativamente recente na

história da humanidade, uma vez que nas civilizações mais antigas havia um modo participativo de pensar (BOHM, 2005).

Diante das considerações do autor, pode-se afirmar que a dimensão coletiva do ser humano, que o coloca como parte integrante do todo, deriva do pensamento participativo, que pode, inclusive, ser transcendido por meio de um processo de sensibilização. Uma reflexão sobre sensibilidade, portanto, apresentada também por Bohm (2005), pode ser um caminho para a construção de um território de sentidos.

Sensibilidade significa ser capaz de perceber que algo está acontecendo, sentir suas reações e as de outras pessoas, sentir as sutis diferenças e semelhanças. Os sentidos lhe proporcionam informações, mas você tem que ser sensível a elas, do contrário não as perceberá. (...) O que bloqueia a sensibilidade é a defesa dos pressupostos e opiniões (BOHM, 2005, p. 85).

Buber (1982), por sua vez, destaca a natureza complexa do diálogo, ressaltando que este vai muito além das palavras ou de um simples processo de comunicação. Ressalta que o diálogo é um verdadeiro encontro com o outro, uma transformação da comunicação em comunhão, que se dá como uma “tomada de conhecimento íntimo”, uma percepção do outro, que pode ser um ser humano ou um outro ser vivo.

Buber (1982) destaca três espécies de diálogo:

» 1. Autêntico

Não importa se falado ou silencioso. Nessa forma de diálogo, cada um dos participantes, de fato, tem o outro ou os outros na sua presença e no seu modo de ser. Com isso, sua ação reflete sua intenção de estabelecer entre eles e a si próprio uma reciprocidade viva a partir da racionalidade comunicativa (que inclui valores subjetivos e experiências prévias dos participantes).



Itapejara D'Oeste, PR

» 2. Técnico

Movido unicamente pela necessidade de um entendimento objetivo (racionalidade científico-instrumental).

» 3. Monólogo disfarçado de diálogo

Onde duas ou mais pessoas reunidas em um local falam, cada uma consigo mesma, por caminhos tortuosos e estranhamente entrelaçados. Tangenciando o assunto, cada um sob seu ponto de vista imutável, acredita estar dialogando, mas está apenas expondo pensamentos e contando apenas com seus próprios recursos.

Em uma mesma perspectiva, Gusdorf (1970) diz que a compreensão da linguagem reside em um encontro entre os seres humanos, o mundo e o outro com quem me comunico. O outro, intelectual e materialmente, é condição da existência de cada um. Nesse sentido, o autor retoma a percepção mais “tradicional” do outro como parte, da participação do indivíduo no mundo e não uma existência isolada do ser humano, como propõe o racionalismo/materialismo do mundo moderno.

Com a mesma intenção de reconhecer a interação com o outro como estrutura do diálogo (da conversa), Maturana (2002) evidencia o entrelaçamento do linguajar e do emocional no processo da linguagem. Ressalta que em todo argumento racional que expressamos está presente uma emoção. Assim, para que nossa conduta seja compreendida de forma racional, precisamos nos dar conta de nossas emoções e conhecê-las em seu fluir.

Em suas reflexões, o autor afirma que perceber e aceitar as nossas emoções está relacionado com aceitar o outro e, nesse processo, considera que o amor, como “fenômeno biológico”, pode ter papel fundamental na nossa socialização e na aceitação do outro. Seria uma forma de antídoto contra a tirania, a destruição da natureza e o abuso sobre outros seres humanos. O amor permite, na visão de Maturana, a aceitação do outro e abre espaço para a cooperação (MATURANA, 2002).

Com a mesma função, fala-se também da empatia, como fundamento do diálogo. Esta pode ser definida como a capacidade do indivíduo de se colocar no lugar do outro. Por meio da empatia evitamos os extremos, a simpatia ou a antipatia. Uma virtude que busca um ponto de equilíbrio nas relações, uma forma de compreender os diversos pontos de vista, sem julgamento e sem decisões tendenciosas.

Levantar os elementos racionais e emocionais que validam a existência de um diálogo autêntico foi necessário não apenas para servir de referência aos facilitadores em campo, mas para construir a relação da equipe (coordenadores, facilitadores e apoiadores) com o público-alvo, antes, durante e depois da realização das oficinas.

A proposta foi assegurar que os mediadores da técnica de facilitação reconhecessem as necessidades do grupo e que criassem um ambiente acolhedor para que o diálogo e a troca de conhecimento acontecessem.

Vale ressaltar que, apesar desse fio condutor, a metodologia proposta não teve como objetivo eliminar a possibilidade do aparecimento de conflitos nos grupos, pelo contrário, esse era um risco inerente ao trabalho.

O que se recomendou aos facilitadores é que confiassem no processo e nos participantes, e que tivessem disponibilidade para assumir os riscos. Caso surgissem conflitos, eles foram orientados a auxiliar o grupo a identificar o problema e ajudar os seus membros a lidar com possíveis ambiguidades e incertezas do processo.

Na prática, foi possível perceber que as visões diferentes sobre uma questão não necessariamente geram problemas. Quando todos perceberam a importância do assunto que estava sendo tratado, o diálogo se estabeleceu e as diferenças contribuíram para a produção de um conhecimento coletivo, diferente das partes individualizadas, mas contendo algo que perpassou pelo imaginário de todos os membros.

Um dos termômetros para afirmar que o diálogo esteve presente nas oficinas participativas do PRS foi perceber que não ocorreu um debate, não houve um desgaste de energia para convencer por um ou outro caminho. Pode até ter ocorrido algum desacordo, mas o espaço de criação e de aprendizado mútuo foi resguardado. Cada um aprendeu um pouquinho com o outro, sobre o outro e sobre a situação comum.

No fim do processo, a partir dos relatórios dos facilitadores e das avaliações aplicadas ao final das oficinas, pode-se dizer que, de modo geral, os participantes tiveram a experiência de terem sido ouvidos e saíram com a percepção de que a sua participação é importante e necessária.

2.4 MÃOS À OBRA! O CAFÉ COM PROSA NA PRÁTICA

Considerando as características das metodologias participativas escolhidas, o *Café com Prosa* foi construído com base na crença de que as pessoas já possuem dentro delas a sabedoria e a criatividade para superar desafios e vencer as adversidades. Essa foi a mola propulsora da dinâmica e, para que ela fosse ativada, a equipe coordenadora do PRS buscou elaborar perguntas relevantes, que foram aplicadas em pequenos grupos, para gerar reflexões significativas.

O diálogo sobre as perguntas apresentadas se estruturou na polinização cruzada, relacionada diretamente com as “rodadas” de conversas sobre cada pergunta e com os papéis e funções dos participantes de cada mesa. Assim, adaptando os papéis tradicionais do Café Mundial (Anfitrião, Viajantes ou Embaixadores do significado e Guardião do tempo) à realidade dos pequenos e médios produtores e produtoras rurais, foram apresentados os seguintes papéis:

» 1. Anfitrião(ã) ou “dono(a) da casa”

Aquele que recebe os participantes do grupo e estimula a participação de todos. Anota as principais ideias que surgem e, nos momentos de troca de grupo, permanece na mesa. Sempre que houver rotatividade entre os participantes, o(a) anfitrião(ã) recebe o grupo novo, compartilha as ideias-chave de sua conversa anterior e convida a participação do novo grupo naquela mesa.



Presidente Tancredo Neves, BA



» 2. Viajantes

São aqueles que, a cada rodada, levam as ideias-chave e temas de suas mesas para as suas novas conversas;

Após a primeira rodada de oficinas em todos os estados, a figura do Guardião do Tempo foi suprimida. Como os facilitadores controlavam o tempo, eles sentiram que não havia a necessidade de formalizar essa tarefa para um integrante do grupo.

As oficinas do *Café com Prosa* foram construídas para dois dias de trabalho não consecutivos, chamados de Módulo 1 e Módulo 2. Entre eles, tivemos intervalos variados. Na maior parte das regiões, foram de aproximadamente 15 dias entre o primeiro e segundo módulo, mas, de forma excepcional, por questão de agenda, tivemos uma oficina no estado do Paraná em que os módulos foram consecutivos.

No Módulo 1, utilizamos a metodologia do Café Mundial, na qual os participantes trabalharam as perguntas estabelecidas em grupos pequenos e compartilharam o que foi produzido nos grupos em plenárias, que eram os momentos de colheita, realizados após cada per-

gunta trabalhada. Esse módulo foi realizado em um espaço alugado para eventos em um dos municípios que formam a microrregião.

No Módulo 2, usamos a metodologia do Espaço Aberto. A partir das contribuições dos participantes em cada reflexão sobre as perguntas apresentadas no Módulo 1, os facilitadores definiram grandes temas. Esses temas foram apresentados no Módulo 2 e os participantes escolheram, por afinidade e/ou interesse, o tema que queriam trabalhar. Posteriormente, as contribuições dos grupos foram compartilhadas em plenária. Esse módulo foi realizado, na maior parte dos casos, na área rural (uma Unidade Demonstrativa ou Multiplicadora – UD/UM), o que permitiu inserir na programação uma visita guiada pela família proprietária da terra para conhecer as tecnologias de baixo carbono implementadas.

Em linhas gerais, o Módulo 1 ocorreu da seguinte forma:

1. Os participantes chegaram ao local e foram recebidos e acolhidos pelos facilitadores e equipe local do IABS/PRS: fizeram suas inscrições, assinaram o termo de autorização de uso de imagem, receberam seus crachás e tomaram café da manhã. Tudo isso em um clima de amizade e descontração;
2. Os participantes foram convidados a formar um círculo. Em alguns lugares, ficaram sentados e, em outros, em pé. Nessa estrutura, em que todos podiam se olhar, a equipe do PRS/IABS deu as boas-vindas e apresentou a fase final do Projeto. Na sequência, a fala foi passada para os facilitadores, que conduziram uma dinâmica de integração. Após esse primeiro momento, os participantes foram distribuídos em grupos e eventuais ajustes foram feitos para assegurar que os membros da mesma família fossem distribuídos entre os grupos e que houvesse um equilíbrio de homens e mulheres nas mesas;
3. As regras do Café com Prosa foram explicadas, bem como os pressupostos dessa dinâmica, que são os seguintes:

-
- Ninguém é igual a ninguém

 - Ninguém é melhor do que ninguém

 - Ninguém é dono da verdade

 - Todos têm com o que contribuir
-

Na sequência, cada grupo escolheu um(a) anfitrião(ã) e foi apresentada a pergunta da vez.

4. Na segunda pergunta, finalizando a primeira rodada, foi explicado aos participantes que haveria a troca de grupos. A pessoa escolhida como anfitrião(ã) deveria permanecer na mesa e os demais deveriam trocar de mesa, escolhendo um outro grupo para trabalhar a mesma pergunta;
5. O anfitrião recebeu o novo grupo e apresentou as ideias principais levantadas pelo grupo anterior. Os novos integrantes da mesa, após a fala do(a) anfitrião(ã), contaram o que conversaram nas suas mesas de origem;
6. Após os grupos trabalharem cada pergunta, com ou sem troca de mesas (polinização), houve o momento de colheita. Cada grupo definiu uma dupla (um homem e uma mulher) para apresentar, em plenária, o que foi produzido pelo grupo.
7. Enquanto um dos facilitadores estava facilitando esse processo de conduzir a plenária, o outro anotava (em *flipchart*) as principais ideias levantadas por todos os grupos.

As atividades foram intercaladas com pausa para o almoço, para o lanche da tarde e por dinâmicas de grupos, que foram sempre muito importantes para manter os produtores e produtoras animados, despertos e para gerar integração entre os participantes.

Ao longo de todo o processo, os facilitadores e sua equipe foram orientados a circular entre as mesas para verificar se todos esta-

Etapas do Módulo 1



vam tendo o direito de fala e se estavam sendo ouvidos pelos outros membros do grupo.

Seguindo a tônica de descontração proposta pelo Café Mundial, em todas as mesas tinham folhas de *flipchart*, canetinha e giz de cera para anotações e registros gráficos, e um recipiente com balas, chocolates, etc.

No Módulo 2, seguindo os mesmos pressupostos e princípios norteadores do Módulo 1, as atividades foram estruturadas com círculo, dinâmicas e trabalho de grupo. A diferença, como já foi mencionado, é que a metodologia aplicada não foi o Café Mundial, mas o Espaço Aberto. Outra particularidade desse momento, também já citada, é que a oficina, na maioria dos estados, foi realizada em propriedades rurais que já estavam alinhadas com algumas das propostas das tecnologias de baixo carbono apresentadas pelo Projeto Rural Sustentável.

Nesse segundo encontro, assim como no primeiro, os participantes também foram muito bem acolhidos e respeitados em suas falas

e contribuições. A proposta do Módulo 2 foi, a partir dos grandes temas, construir coletivamente o Plano de Ação, algo mais concreto que eles pudessem colocar em prática pelo esforço individual e coletivo, independentemente do PRS.

Ainda sobre as atividades dos dois módulos, vale ressaltar que os facilitadores tiveram flexibilidade para adaptar os horários, as dinâmicas, a escolha do local etc., conforme as demandas e a realidade local. Em alguns lugares, por exemplo, por conta do período de chuva, não foi possível realizar o Módulo 2 na área rural. Os facilitadores, com a equipe local do IABS/PRS, tiveram que adaptar a atividade para que a oficina pudesse ser realizada em um espaço na cidade.

A respeito dessas adaptações, vale destacar que uma das principais recomendações aos facilitadores foi de que humanizassem ao máximo o processo de aplicação da metodologia, ou seja, que as pessoas fossem colocadas acima da técnica. A aplicação rígida de uma metodologia, na qual o ritmo do grupo e as necessidades apresentadas não são considerados, engessam o processo e não produzem os resultados esperados.

2.4.1 A importância de perguntas “poderosas”

A programação de dois módulos teve como objetivo acolher a realidade dos produtores e produtoras rurais, a partir de uma memória do passado, de um diagnóstico do presente e de um sonho futuro, no qual trajetórias individuais e coletivas foram traçadas para alcançar os objetivos desejados.

Para pensar esses aspectos temporais, que foram focados nas figuras das mulheres, dos jovens e dos homens, utilizou-se o diálogo em grupo, a partir de perguntas poderosas (motivadoras).

O grande desafio na elaboração da programação foi definir perguntas que pudessem realmente mobilizar uma reflexão nos participantes sobre a importância do protagonismo feminino e a inclusão



Ciríaco, RS

dos jovens no meio rural e, ao mesmo tempo, promover novos conhecimentos e definições de ações.

Para a primeira rodada (Módulo 1 e 2) em uma microrregião de cada estado, as perguntas foram mais amplas e as questões sobre o papel das mulheres e jovens no meio rural apareceram de forma diluída nas respostas. Havia uma preocupação da coordenação em não gerar desconforto nas famílias, caso as perguntas promovessem uma espécie de “disputa” de gênero e/ou de conflito geracional.

Os resultados das oficinas, nesta primeira etapa, foram satisfatórios, mas após uma rodada de avaliação, considerando os comentários e reflexões dos facilitadores, a coordenação decidiu modificar as perguntas para outras mais “poderosas”. Vejamos quais foram as perguntas que ficaram como definitivas e deram um norte para as reflexões a respeito do protagonismo feminino e inclusão social dos jovens no meio rural.

MÓDULO 1

Pergunta 1	Como era ser jovem, mulher e homem rural na época dos seus avós?
Pergunta 2	O que continua igual e o que mudou em relação ao jovem, a mulher e o homem? Como é ser (hoje) jovem, mulher e homem rural?
Pergunta 3	Como eu quero que seja o jovem, a mulher e o homem rural no futuro (daqui a 5 anos)?

As três perguntas acima fizeram parte do Módulo 1. No Módulo 2, os facilitadores conduziram os participantes ao momento do Espaço Aberto. Nessa etapa, os participantes, que tiveram a oportunidade de trabalhar o futuro desejável no Módulo 1, dedicaram-se a construir um Plano de Ação, no qual identificaram ações para alcan-



Teófilo Otoni, MG

çar o futuro desejável (Pergunta 4) e definiram trajetórias individuais e coletivas para concretizar essas ações (Pergunta 5).

MÓDULO 2

Pergunta 4	O que podemos fazer para alcançar o sonho, o futuro desejável? Criar uma lista de ações, conforme o tema escolhido.
Pergunta 5	Como realizar/concretizar as ações propostas? Quem pode ser responsável pelas ações?

Com perguntas mais objetivas e com o vínculo de confiança criado no grupo, surgiu, por exemplo, uma reflexão sobre a violência contra a mulher no campo. Um diálogo que foi feito com a presença dos homens, que puderam vislumbrar, de forma mais realista, a situação de vulnerabilidade que muitas mulheres enfrentam.

Reflexões, também, sobre a importância de incentivar a participação feminina e dos jovens nas atividades de gestão da propriedade apareceram, bem como da necessidade de os homens auxiliarem mais nos trabalhos domésticos. Foi recorrente a percepção de que há pouco incentivo e atrativo para os jovens no meio rural e que isso precisa ser mudado.

Além das especificidades relacionadas às mulheres e aos jovens, as perguntas e as trocas de conhecimento nos grupos proporcionaram uma análise conjunta, com a participação das mulheres e dos homens, sobre o melhor caminho para a família, para a propriedade rural e para a vida comunitária no campo.

De maneira geral, foi perceptível, também, a liderança de muitas mulheres na área rural, seja como mobilizadora de associações e sindicatos rurais, seja por meio de uma fala qualificada sobre a situação das mulheres e dos jovens no campo, ou como protagonistas de ações de preservação ambiental.





LIÇÕES APRENDIDAS:
A PERCEPÇÃO SOBRE O PROCESSO

Com base na percepção sobre a dinâmica das 70 oficinas participativas para a promoção do protagonismo feminino e inclusão social dos jovens rurais, nos biomas Amazônia e Mata Atlântica, neste capítulo trataremos das lições aprendidas. Estas se relacionam ao processo propriamente dito, que inclui a escolha do formato, da equipe e do viés inclusivo.

3.1 OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA ORGANIZAR OFICINAS DE DOIS DIAS

A escolha da realização de oficinas de 2 dias não consecutivos teve aspectos positivos e outros desafiadores. Entre os aspectos positivos (oportunidades), podemos mencionar a possibilidade de trabalhar com mais tempo e qualidade as reflexões propostas e a escuta sensível, bem como a possibilidade de assimilar melhor a experiência em atividade propostas entre os módulos.

O Módulo 1 foi um momento para que as pessoas de comunidades diferentes se conhecessem, para estreitar laços de amizade, trabalhar valores comuns, rememorar o passado, diagnosticar o presente e pensar o futuro. O Módulo 2 teve como objetivo dar continuidade à construção iniciada no 1 e, a partir da visão do futuro, identificar as ações necessárias para chegar lá e criar compromissos individuais e coletivos com o futuro desejado.

Na programação do segundo módulo havia, também, a previsão de uma visita às tecnologias de baixo carbono implementadas pela família proprietária da UD/UM que anfitriou o grupo. Nas oficinas em que essa proposta foi concretizada, esse momento foi de grande troca entre os(as) produtores(as) rurais. Nesta ótica construtiva, conhecer o que o vizinho está fazendo tirar dúvidas sobre como implementar, quanto custou etc., ou contar o que também anda fazendo em sua propriedade gerou empatia e sinergia no grupo, bem como possibilidades e interesse de parcerias entre eles.

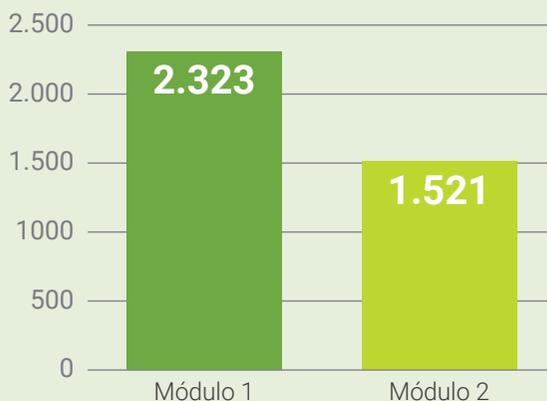
Em relação aos desafios da realização das oficinas em dois módulos, pode-se dizer que o principal foi o de manter o mesmo público do Módulo 1 no Módulo 2.

Embora não seja impossível manter o equilíbrio do número de participantes em uma oficina participativa de 2 módulos, vale ressaltar que o desafio é enorme, visto que muitos fatores envolvem essa dinâmica, entre eles:

1. O processo de mobilização para convidar as famílias;
2. Dificuldade dos agricultores de se ausentarem por dois dias, mesmo que não consecutivos, de suas atividades produtivas para participar de oficinas;
3. O conteúdo pouco prático do Módulo 1, provocando desinteresse em alguns participantes.

Número de participantes das oficinas por módulos

3.844
participações
(excluindo a quantidade
de crianças participantes)



Para driblar os desafios da participação, após a primeira rodada de realização das oficinas, passamos a fortalecer a mobilização durante o Módulo 1, ressaltando sempre a importância da presença e compartilhando algumas atividades que seriam conduzidas no



Alta Floresta, MT

Módulo 2, para despertar o interesse nos participantes. Outra estratégia foi criar vínculos com os produtores e produtoras rurais. Convidados personalizados foram entregues e, em muitas regiões, listas de *whatsapp* foram criadas.

A dificuldade dos agricultores de se ausentarem das atividades produtivas é um ponto que deve ser fortemente levado em consideração. A dinâmica no campo não permite muitas pausas e nem por períodos de muitas horas, exigindo dos participantes uma organização em relação às demandas cotidianas das famílias e das propriedades para estarem presentes.

Essas questões foram levantadas e consideradas na elaboração da proposta das oficinas participativas. No entanto, pensando em investir em qualidade e sem ainda experimentar o caso concreto, optou-se por manter essa estrutura. Bons resultados foram colhidos nos dois módulos e, de modo geral, as expectativas foram atendidas. Mas, ficam alguns questionamentos: será que uma oficina de 1 dia não teria sido mais proveitosa?

Muitos aprendizados nasceram desse processo. Fica claro que a análise das particularidades de cada região é um aspecto fundamental para definir o formato mais adequado à participação. Em alguns estados, como o Pará, a realidade territorial é um aspecto determinante, considerando as distâncias, por vezes, muito longas, aumentando o tempo de deslocamento dos participantes e também os custos com a logística.

Já no Paraná, por exemplo, o cuidado com a realidade dos(as) produtores(as) de leite da região, que precisam do horário da manhã para realizar suas atividades produtivas, indica a necessidade de adaptações nos horários.-

E, ainda, pensando principalmente na participação dos jovens, o cuidado com os dias da semana é algo a ser levado em consideração, pois, devido às atividades escolares, acreditamos que a adesão desse público seria maior se as oficinas fossem realizadas nos fins de semana.

Apesar de todos os desafios, concluímos que a estrutura foi necessária para que os(as) agricultores(as) pudessem refletir sobre a trajetória de passado, presente e futuro. Além disso, foi essencial a total liberdade dada aos facilitadores para ajustar horário de início e término das oficinas, bem como de duração das atividades, considerando a realidade dos(as) produtores(as) rurais das microrregiões.

As adaptações e ajustes foram feitos e as características de cada grupo foram reconhecidas e valorizadas. Um dos princípios norteadores das oficinas foi o de colocar as pessoas acima do método, ou seja, de priorizar as necessidades do grupo, dar voz aos participantes e respeitar o ritmo coletivo.

Por fim, vale tecer alguns comentários sobre a estrutura das oficinas em relação ao seu conteúdo mais teórico no Módulo 1 e mais prático no Módulo 2. Para concretizar a proposta de trabalhar a memória de como era o campo anteriormente (passado), de como

está nos dias atuais (presente) e como pode ser melhorado nos próximos anos (futuro), não há como inverter a ordem da programação e iniciar com a parte prática no Módulo 1. De qualquer forma, vale a análise sobre como trazer elementos mais práticos para se pensar passado, presente e futuro, trabalhados no Módulo 1, ou até sobre a possibilidade de criar outras formas de facilitar a reflexão.

As metodologias do *Art of hosting*, do Café Mundial e do Espaço Aberto, aplicadas nas oficinas, lograram êxito nos objetivos do PRS e possibilitaram criar espaços de diálogo e construção coletiva, o que foi fundamental para que os produtores e produtoras rurais presentes pudessem analisar a condição de cada um dentro da família e na produção, bem como de refletir, de forma integrada, sobre a importância de valorizar o lugar das mulheres e dos jovens, públicos, historicamente, pouco valorizados nas atividades produtivas do campo.

Pode-se dizer que as oficinas participativas mobilizaram todos os presentes – mulheres, homens e jovens, visto que, a todo tempo, trouxeram para os participantes a responsabilidade em construir o seu futuro, de suas comunidades e de suas famílias.

Pegando a simbologia de uma árvore, as oficinas tiveram como meta fortalecer as raízes dos participantes e, ao mesmo tempo, fazer com que olhassem para o alto, para o futuro, onde seus sonhos podem tocar o céu, sem deixar de gerar frutos concretos na terra.

3.2 SELEÇÃO E ALINHAMENTO DAS EQUIPES DE FACILITAÇÃO

Para assegurar a qualidade da execução das oficinas, foram identificados e selecionados, em todos os estados, nos biomas Amazônia e Mata Atlântica, profissionais qualificados academicamente e, preferencialmente, com experiência em facilitação ou processos participativos no meio rural.

A escolha de facilitadores do próprio estado ou com algum conhecimento prévio da região em que seriam executadas as oficinas foi

um acerto do processo. Muito além da questão financeira de otimização de gastos com a logística, a familiaridade dos facilitadores locais com a estrutura e as questões sociais, ambientais e econômicas da região, certamente, contribuiu para que entendessem melhor a fala e os sentimentos dos participantes e pudessem conduzir com mais propriedade os trabalhos. Como também já conheciam a região, algumas dificuldades de deslocamento, por conta das características das infraestruturas locais, foram enfrentadas com naturalidade.

Para a facilitação das oficinas, foram selecionadas duplas de facilitadores (homem e mulher). A ideia de que as oficinas fossem facilitadas sempre por um homem e uma mulher se baseou na necessidade de assegurar a representatividade gênero e, consequentemente, valorizar a família do campo e todas as suas demandas.



Nova Londrina, PR

Esse formato constituiu um grande desafio na hora da seleção dos profissionais. Ao mesmo tempo, o esforço valeu claramente a pena: as equipes mistas funcionaram de maneira sinérgica e bem ajustada, e permitiram que homens e mulheres, especialmente os jovens, se espelhassem e se identificassem.

Os selecionados foram preparados para atuar e tiveram a chance de receber, além do alinhamento prévio sobre o Projeto e objetivos das oficinas, os materiais didáticos necessários no que se refere à aplicação da técnica do Café Mundial e das dinâmicas específicas das oficinas. Esse “laboratório” serviu para identificar a tempo dois aspectos-chave relacionados ao trabalho em equipe, que melhoraram enormemente as perspectivas da atuação nos estados: i) a necessidade de explicitar com transparência as motivações, intenções e mesmo emoções que estão por trás de cada ação; e ii) a necessidade de uma comunicação objetiva, fluida e constante entre os membros da equipe, independentemente do papel de cada um.

Esse processo resultou em uma sinergia que foi fundamental. Sem isso, a intensidade e a eficiência do trabalho realizado em tão pou-



Vacaria, RS

co tempo e em uma área tão grande teriam sido impossíveis. Em alguns casos, membros da equipe chegaram a percorrer até 4,000 km em aproximadamente uma semana, incluindo deslocamentos sucessivos em avião, carro, táxi, moto e barco, acompanhando diferentes oficinas com o máximo de dedicação e cuidado.

3.3 DÁ TRABALHO ASSEGURAR A PARTICIPAÇÃO, MAS OS APRENDIZADOS VALEM A PENA

A participação sempre foi um princípio norteador nas oficinas e, também, um grande desafio. Em todas as fases do processo, pode-se perceber o esforço da equipe organizadora em assegurar a participação de todos os parceiros e beneficiários do PRS. Vejamos alguns exemplos.

Para conhecer o contexto regional e local em que estavam inseridos os produtores e produtoras rurais beneficiários do Projeto, foram elaborados os diagnósticos socioambientais prévios das microrregiões, preenchidos de forma voluntária pelas ATERs; as famílias convidadas para as oficinas participativas foram mobilizadas pelos ATECs e acompanhadas, em um segundo momento, pelos coordenadores regionais e, em algumas regiões, pelos próprios facilitadores; a elaboração da proposta de programação foi construída com a participação da equipe do PRS, incluindo os facilitadores contratados; a opção metodológica escolhida foi uma técnica participativa, na qual todos os membros das famílias participantes das oficinas tiveram espaço para refletir e colocar as suas ideias e pontos de vista.

Em relação à participação das ATERs na elaboração dos diagnósticos, extraímos um aprendizado duplo. O primeiro aprendizado foi um de interesse específico para a facilitação e um segundo aprendizado para a avaliação da execução do PRS em geral.

A respeito do primeiro aprendizado (subsidiar as oficinas participativas das microrregiões), as respostas concretas aos questionários semiestruturados permitiram confirmar os desafios e as oportunidades de cada microrregião, assim como adicionar alguns temas

de interesse local. O segundo aprendizado se referiu à dinâmica das próprias ATERs nas fases finais de implementação do PRS e se baseou na quantidade de respostas efetivas às perguntas norteadoras como um indicador objetivo do seu nível de participação e envolvimento efetivo com o Projeto.

O apoio dos ATECs para a mobilização das famílias foi um ponto sensível do processo. Por questões organizacionais, a equipe executora das oficinas não tinha acesso direto aos produtores e produtoras rurais e, portanto, dependiam de outros atores dentro do Projeto para convidar e mobilizar as famílias beneficiárias para as oficinas participativas. Nesse sentido, foi difícil acompanhar esse processo de como e quando os convites às famílias estavam sendo feitos e, em alguns lugares, se estavam realmente sendo feitos.

A programação sofreu alguns ajustes ao longo da realização, especialmente da primeira rodada para a segunda. O acompanhamento constante do processo permitiu avaliar os resultados das primeiras oficinas e, a partir dessa valiosa experiência, chegar a uma nova versão aprimorada da metodologia. Assim, a primeira rodada das oficinas em todos os estados serviu como uma espécie de “piloto” para as outras 56 oficinas que ainda estavam por vir.

As perguntas mobilizadoras de cada oficina, como foi mencionado no capítulo anterior, foram simplificadas e ainda mais focadas na problemática das mulheres e jovens rurais no passado, no presente e no futuro. Esse aprimoramento só foi possível porque o processo seguiu a mesma lógica de participação, com rodadas de avaliações entre as equipes, onde os fatos e as diferentes percepções da equipe foram considerados. Foram necessárias conversas, acertos e ajustes antes, durante e depois das oficinas, e sempre de maneira transparente, construtiva e objetiva.

Todas essas ações fizeram com que atingíssemos o objetivo principal: reunir famílias e construir caminhos para realização sustentável de sonhos, incentivando o protagonismo feminino rural e a inclusão social dos jovens no campo.



Agudo, RS

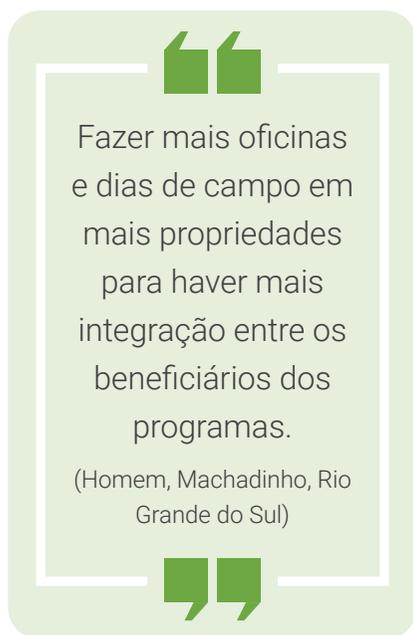
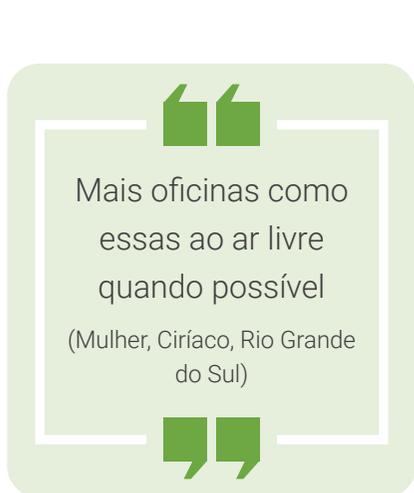
Essa trajetória percorrida coletivamente evidencia que não é tarefa fácil assegurar a participação, mas que os resultados são recompensadores, visto que expressam a realidade das comunidades, gerando, assim, comprometimento e benefícios para todos os envolvidos.

3.4 A IMPORTÂNCIA DA NATUREZA: MAIS OFICINAS AO AR LIVRE

A realização de oficinas ao ar livre, nas Unidades Demonstrativas ou Multiplicadoras do Projeto, foi um pedido frequentemente manifestado pelos participantes aos facilitadores, ou registrados por escrito nas fichas de avaliação. Essa demanda está baseada no enorme (e lógico) interesse dos produtores em conhecer mais sobre as técnicas do PRS e receber mais informações de como elas foram implantadas pelos seus vizinhos. Sem contar que, se tratando de

pessoas acostumadas ao contato com a natureza, elas se sentem mais à vontade em locais abertos e familiares.

Apesar dessa demanda, de modo geral, representar maior esforço logístico e financeiro é notória a diferença e a qualidade na participação por conta da informalidade e familiaridade que ambientes com essa qualidade proporcionam. Vejamos algumas manifestações registradas nas fichas de avaliação:



3.5 CRIAÇÃO DE VÍNCULOS

Sobre o conteúdo concreto das oficinas, chamou atenção a valorização muito positiva que os participantes fizeram do simples fato de poder conversar com outros produtores e produtoras e de fazer novas amizades, superando assim o isolamento que caracteriza muitas propriedades rurais, especialmente nas regiões Sul e Norte do País.



Acredito que estes encontros têm nos aproximado mais e que possam surgir ideias de fortalecimento e cooperativismo.

(Homem, Alta Floresta- Mato Grosso)



Queria que a minha comunidade pudesse participar.

(Mulher, Valença- Bahia)



Foi excelente. Tirou-me da rotina, fiz novos amigos, conheci pessoas e seus sonhos.

(Homem, Dois Vizinhos-Paraná)



A valorização positiva da interação entre as pessoas e a troca de experiências manifestadas nesses comentários também foram espelhadas de maneira quantitativa nas fichas de avaliação.

O espaço de diálogo genuíno, relaxado, aberto e a possibilidade dos jovens e das mulheres rurais poderem se manifestar e serem escutados com respeito e sem medo, talvez pela primeira vez, também foram muito valorizados:



Gostei bastante, foi muito bom escutar os pais agricultores falarem o que pensam sobre o homem, a mulher e o jovem.

(Mulher, Terra Nova do Norte - Mato Grosso)



Gostei porque pôs todo mundo para pensar e falar, expor suas opiniões.

(Homem, Terra Nova do Norte - Mato Grosso)



Foram formulados muitos elogios a respeito dos novos aprendizados, especialmente aqueles que permitiram aos jovens aprender sobre como era a vida dos seus pais e avós no campo e como a realidade está mudando rapidamente, com fatores positivos e negativos.



Alta Floresta, MT





RESULTADOS ALCANÇADOS

4.1 O DESAFIO DE MENSURAR IMPACTOS

O impacto real do projeto só poderá ser mensurado ao longo dos anos, com avaliações rigorosas a partir de indicadores cuidadosamente selecionados. Assim, apesar do sucesso do PRS - Mata Atlântica e Amazônia em geral e da implementação da presente estratégia destas oficinas em particular, a escala dos impactos que o projeto alcançará ainda deve ser demonstrada.

Por um lado, o escopo geográfico do projeto, abrangendo 35 microrregiões, 70 municípios, em 7 estados da Amazônia e da Mata Atlântica, significa que há potencial para mudanças generalizadas, replicadas em larga escala. Mas o que acontece no seio de cada lar, de cada unidade produtiva, de cada família, é, em grande medida, difícil de ser previsto.

Ainda assim, indicadores de sucesso foram identificados. O impacto positivo das oficinas participativas foi monitorado por meio de indicadores quantitativos e qualitativos.

Indicadores Quantitativos. A premissa básica foi acompanhar o número de pessoas (do perfil convocado pelo PRS) sobre o total dos produtores convidados/mobilizados, que participaram do Módulo 1 e quantos participantes do primeiro módulo voltaram para o Módulo 2, realizado entre 7 e 15 dias após a primeira oficina. Outro aspecto mensurado considerou quantas pessoas os participantes do Módulo 1 convidaram para o Módulo 2, qual a representatividade geográfica, gênero, idade, etc.

Vale considerar que não é possível mensurar o sucesso das oficinas exclusivamente pelo número de participantes presentes no segundo módulo. Várias equipes sugeriram que a medida do “sucesso” das oficinas poderia ser feita pelo número de abraços e agradecimentos que a equipe recebeu ao fim da atividade, assim como por meio das fichas de avaliação de satisfação que foram, marcadamente, positivas.

Indicadores Qualitativos. Já os indicadores qualitativos incluem informações levantadas no curto, no médio e no longo prazo. Em curto prazo: as informações foram levantadas por meio da observação participante da equipe do PRS e do preenchimento voluntário e anônimo, por parte dos produtores participantes, de uma ficha de avaliação de satisfação.

Conclusão: Um total de 4.016 membros de famílias de produtores(as) participou das oficinas entre os meses de setembro e dezembro de 2018. Desses, 68% preencheram as fichas de avaliação das oficinas e avaliaram os encontros com um alto nível de satisfação. Com efeito, 78,7% dos produtores e produtoras se mostraram “muito satisfeito” e 19,7% “satisfeito”, totalizando 98,4% de participantes muito satisfeitos e satisfeitos com as oficinas participativas.

Nível de satisfação, quantitativo e percentual de participantes



Esses resultados confirmam que esta atividade do Projeto Rural Sustentável pode ser considerada um exemplo bem-sucedido e especialmente inovador no campo da cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável da agricultura no Brasil. Dentre os motivos, vale citar:

1. O desenho e a execução das oficinas participativas com as famílias de produtores(as) levaram em consideração as barreiras perceptivas e as diferentes racionalidades “não econômicas” dos pequenos e médios produtores(as). A metodologia utilizada revelou as resistências com as novas propostas (no diagnóstico de passado e presente), mas, ao mesmo tempo, na visão de futuro, foi possível apresentar a agricultura sustentável, aliada aos conhecimentos tradicionais, como um caminho seguro e eficiente para melhorar a realidade socioambiental local. Esse entendimento não foi trazido de fora para dentro, mas, ao contrário, foi consequência das reflexões dos participantes durante as oficinas.
2. Outro aspecto que merece destaque é que as oficinas asseguraram o reconhecimento do “outro”. Conhecendo a vida, os sonhos e os desafios dos produtores e produtoras rurais capacitados para implementar uma agricultura de baixa emissão de carbono, a proposta do projeto deixou de ser apenas técnica ou de transferência de tecnologia. Ela ganhou a identidade desses produtores(as), que passaram a enxergar os objetivos do PRS como projetos de vida e, como tal, não terminam com o PRS, mas se estendem ao longo do desenvolvimento social, ambiental e econômico dessas famílias rurais beneficiárias.

4.2 O QUE DIZEM AS MULHERES E OS JOVENS SOBRE SUAS REALIDADES?

A problemática das mulheres e jovens rurais brasileiros, descrita pelo Censo Agropecuário 2017 e pela literatura sobre o tema, foi claramente espelhada nas 70 oficinas familiares organizadas pelo PRS em sete estados brasileiros: quatro na Mata Atlântica e três na Amazônia. Em

todos os casos, existiram pontos coincidentes nas duas avaliações da problemática: de baixo para cima (mulheres e jovens rurais e suas famílias nas oficinas participativas) e de cima para baixo (órgãos de extensão rural municipais, estaduais e regionais – ATER).

PRINCIPAIS DESAFIOS

» MULHERES

Tanto nos estados da Amazônia quanto da Mata Atlântica foi apontado como principal desafio enfrentado pela mulher rural o forte machismo (em alguns casos, as palavras usadas foram diretamente “misoginia” ou “preconceito”), assim como a invisibilidade do valor produtivo atribuído pelos homens ao trabalho feminino em áreas rurais.

Apesar das mulheres cumprirem um papel de grande relevância nas atividades familiares e produtivas, o que ficou evidenciado nas oficinas participativas, na prática, elas continuam vendo as suas opiniões e participação como subalternas às dos seus parceiros masculinos.



Como raízes da invisibilidade do valor produtivo do trabalho feminino, em todos os casos foram apontadas questões culturais, tais como: machismo, falta de valorização das mulheres, divisão conservadora do trabalho, na qual unicamente a mulher tem a responsabilidade de atender os filhos e o lar, falta de educação sobre igualdade de oportunidades, falta de formação das mulheres para a tomada de decisão, necessidade de maior empoderamento, necessidade de incentivar o empreendedorismo e o associativismo feminino para superar o isolamento..

Mulheres da Amazônia

Sobre a problemática da mulher rural, pode-se dizer que foram identificadas diferentes características de um bioma para o outro. Na Amazônia, foi considerada como um agravante fundamental dessa situação a falta de direitos fundiários das mulheres, atrelados à frequente falta de documentação da terra no nome das produtoras. O problema está sendo gradualmente corrigido em algumas regiões da Amazônia, como, por exemplo, em alguns assentamentos no estado de Mato Grosso, onde o Incra está dando preferência de titularidade às mulheres no cadastramento e distribuição de CCU⁵ dos lotes. Em outras áreas rurais, percebe-se que as mulheres de até 40 anos começam a estar habilitadas e a ter uma participação social em um nível mais ou menos similar ao dos homens.

Mulheres da Mata Atlântica

Já na Mata Atlântica, a problemática geral das mulheres rurais esteve menos vinculada às questões de segurança fundiária ou de acesso à documentação pessoal, e mais atrelada à falta histórica de reconhecimento do valor do trabalho das mulheres, incluindo funções de alta exigência física, como é o caso da produção leiteira.

Modos de produção com alta demanda de mão de obra, como a produção orgânica ou leiteira, obrigam a mulher a trabalhar de se-

⁵ Documento de Concessão do Uso do Lote, fornecido ao produtor pelo Incra.

gunda a segunda o que, de certa maneira, impede que as mulheres saiam da unidade produtiva para se dedicar à criação de vínculos sociais ou para acessar oportunidades de educação e recreação.

» JOVENS RURAIS

No caso dos jovens, a problemática evidenciada nas oficinas participativas pode ser resumida em dois conceitos-chave, já apontados pela literatura especializada sobre juventude rural: o problema do planejamento futuro (sucessão familiar) e a falta de uma educação adaptada à realidade rural.

Com efeito, nos dois casos, a causa principal para o marcado êxodo rural, que preocupa os jovens e suas famílias, foi a falta de oportunidades para que estes possam continuar na unidade produtiva gerando renda suficiente para manter um modo de vida digno. Em particular, o problema da sucessão dos jovens, assim como o das mulheres rurais, também pode ser atribuído tanto a causas culturais quanto produtivas.



No primeiro quesito (causas culturais), os participantes das oficinas mencionaram, ora mais explicitamente, ora nas entrelinhas de suas manifestações, a falta de diálogo originada pelo tabu da sucessão, segundo o qual os pais evitam falar da transferência de funções e de responsabilidades com seus filhos, seja para não perder poder decisório dentro da unidade produtiva, seja para evitar abordar temas sensíveis, como o envelhecimento e a morte. No segundo quesito (questões produtivas), a situação fundiária foi a chave da problemática dos jovens, mesmo que por razões diferentes em cada bioma.

Jovens da Amazônia

Nas oficinas realizadas na Amazônia, os desafios identificados pelos jovens e suas famílias foram próprios da extensa e exuberante geografia local e incluíram o isolamento sofrido em unidades produtivas remotas e com pouco ou nenhum acesso aos meios de comunicação. Outros elementos identificados foram a baixa infraestrutura, com estradas deficientes e afetadas por eventos climáticos



Presidente Tancredo Neves, BA

extremos, e a difícil acessibilidade aos centros urbanos, incluindo postos de saúde ou escolas.

Jovens da Mata Atlântica

No caso específico da Mata Atlântica, a fragmentação da unidade produtiva pelas sucessivas heranças intergeracionais, junto com o marcado processo de concentração da terra provocado pelo avanço de monoculturas, como a soja, o fumo, e as florestas comerciais de pinheiros e eucaliptos em grande escala, tem eliminado grande quantidade de unidades produtivas, tradicionalmente geridas por famílias de pequenos e médios produtores. Face à falta de acesso à terra, os jovens manifestaram se sentir forçados a procurar novos modos de vida em áreas urbanas, aumentando ainda mais o envelhecimento e a masculinização no campo.

Sonhando o futuro

Apesar de muitos problemas, também foram manifestados sonhos vinculados ao modo de produção do estabelecimento, por exemplo, a instalação de novas tecnologias de produção sustentáveis, de baixo carbono, novos créditos e incentivos como os dos PRS etc. No caso concreto da sucessão familiar, as famílias apontaram de maneira sistemática, mas com maior frequência na Mata Atlântica, o sonho de contar com conteúdo educativo adaptado às necessidades locais, familiares e, especialmente, rurais.

Assim, foi frequentemente expressado o desejo de manter e criar novas Casas Familiares Rurais e Escolas Família Rural, baseadas na pedagogia francesa da alternância, com as crianças e jovens estudando e morando 15 dias na escola e trabalhando outros 15 dias no campo com seus pais. Muitas dessas escolas estão fechando por falta de recursos, especialmente em estados do Sul da Mata Atlântica.

As jovens e os jovens rurais expressaram também seu sonho de ter as mesmas oportunidades de educação e de lazer que os jovens das áreas urbanas, o que em alguns casos levou a comparar as

suas expectativas atuais com as dos seus antepassados. Face a essas situações, as duplas de facilitadores tentaram evitar idealizações do passado, refletidas em comentários dos adultos e idosos em que mencionam que os jovens de antes trabalhavam mais e melhor; que as mulheres eram mais dedicadas ao lar e aos filhos e que, hoje, procuram mais conforto; que a educação atual cria expectativas de qualidade de vida inalcançáveis no campo etc.

As famílias reunidas nas oficinas participativas expressaram que a tendência dos jovens (especialmente das mulheres jovens) de migrar para as cidades para realizar estudos superiores provoca uma ruptura na família rural e na própria unidade produtiva, visto que esta perde mão de obra. São poucos os jovens que retornam e, entre os motivos identificados, pode-se mencionar a falta de terra suficiente face a uma grande quantidade de herdeiros; a falta de uma sucessão transparente e organizada que lhes permita trabalhar com autonomia e criatividade no seio da família ou porque no campo se sentem isolados e sem perspectivas de crescimento pessoal, econômico e profissional.

4.3 AS OFICINAS PARTICIPATIVAS EM NÚMEROS

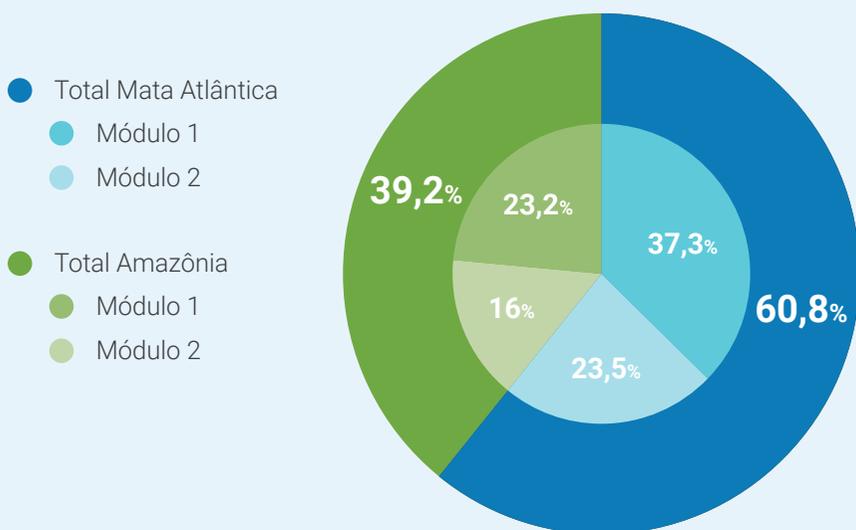
Como já mencionamos, um total de 4.016 pessoas participaram das oficinas, incluindo homens, mulheres e crianças. Se excluirmos as crianças presentes, podemos concluir que um total de 3.844 pessoas (incluindo jovens) participaram dos módulos, sendo 2.323 no Módulo 1 e 1.521 no Módulo 2, nos municípios-alvo do PRS.

Na Amazônia, participaram 1.506 produtores e produtoras, sendo 891 no Módulo 1 e 615 no Módulo 2, enquanto na Mata Atlântica, as oficinas contaram com 2.338 participantes no total (1.432 no Módulo 1 e 906 no Módulo 2). Esta maior representatividade do bioma Mata Atlântica faz sentido por dois aspectos: o primeiro é que esse bioma possui maior densidade populacional em comparação com as regiões da Amazônia e, o segundo, é que o projeto envolveu um estado a mais na Mata Atlântica. Como já mencionado, o PRS desenvolveu

suas atividades em quatro estados da Mata Atlântica e três da Amazônia.

Em todos os casos, o número de participantes do Módulo 2 foi inferior ao número de produtores e produtoras presentes no Módulo 1. Isso pode ser explicado por vários motivos explicitados anteriormente, que incluem os problemas logísticos, especialmente de deslocamento e também o fato de algumas famílias interpretarem que os módulos repetiriam o conteúdo. Esse eventual mal-entendido foi rapidamente percebido e corrigido no fechamento dos Módulos 1 e nos convites para os Módulos 2.

Distribuição dos participantes das oficinas por módulo e bioma



Ao comparar os valores relativos (percentuais) do perfil dos participantes ao do mais recente Censo Agropecuário do IBGE, realizado em 2017, é possível afirmar que as oficinas atingiram seu duplo objetivo de criar um espaço de empoderamento e de inclusão das





Dois Vizinhos, PR

mulheres e jovens rurais. Assim, enquanto o Censo Agropecuário 2017 mostrou que o total de estabelecimentos agrícolas, nos quais o produtor é do sexo feminino, subiu de 12,7% para 18,6% (aproximadamente duas mulheres para cada oito homens), entre 2006 e 2017, as oficinas mais do que dobraram essa representatividade feminina. Ao longo dos dois módulos, a relação foi de aproximadamente duas mulheres para cada três homens nos dois biomas. A representatividade de mulheres e jovens nas oficinas, em alguns casos, foi de aproximadamente 60%.

A respeito da representatividade dos jovens nas oficinas realizadas nos dois biomas, apesar da quantidade ter sido relativamente baixa, quando comparada com a presença de adultos (13% na Mata Atlântica e 11% na Amazônia), esses percentuais mais do que dobram a realidade censitária rural no Brasil. O IBGE indica que jovens com menos de 35 anos hoje representam 5% dos trabalhadores do meio rural brasileiro. Entre 2006 e 2017, a representatividade dos jovens com idade entre 25 anos e 35 anos em áreas rurais caiu de 13,56% para 9,48%.

Vale a pena lembrar, porém, que parte da “elevada” representatividade dos jovens nos módulos pode também ser atribuída ao critério utilizado para classificar um participante como jovem. Esse critério não se limitou à idade, mas ao seu papel no seio da propriedade rural. Assim, foram considerados jovens aqueles que cumprem, ainda, o papel de “filhos”, no sentido de ter que acatar a tomada de decisão do chefe da unidade produtiva (em geral, os pais). Assim, são numerosos os casos de produtores idosos que resistem à ideia de fazer a sucessão da propriedade, o que leva os filhos, às vezes já na faixa dos 40 anos, ainda terem que acatar a tomada de decisão dos pais ou das mães.

4.4 COMPARATIVOS ENTRE BIOMAS

O comparativo do perfil dos participantes dos dois biomas também deve ser realizado com muito cuidado, pois, em alguns casos, como na Mata Atlântica, existe uma grande diversidade entre os estados envolvidos, que pode levar a média para algum extremo.

No caso das faixas etárias, existem estados da Mata Atlântica sabidamente envelhecidos. o Censo Agropecuário 2017 confirmou, por exemplo, que no Rio Grande do Sul, das 983 mil pessoas que ocupam os 365 mil estabelecimentos agropecuários, 57% estão na faixa etária entre 30 e 60 anos. O mesmo Censo mostrou que, na última década, o número de jovens no estado decresceu – de 1,9% para 1,2% na faixa etária de até 25 anos. Ainda mais: 39% dos estabelecimentos rurais gaúchos são chefiados por homens com mais de 60 anos e muitos deles ainda não têm planejado a sucessão familiar devido à falta de diálogo com os mais jovens.

O mesmo cuidado deve ser aplicado no caso da presença feminina nas áreas rurais em cada bioma. A suposta “superioridade” numérica das mulheres produtoras que participaram das oficinas da Mata Atlântica em relação às mulheres da Amazônia não deve esconder o fato da forte tendência à masculinização do campo nos estados do Sul do País, como Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais (todos beneficiários do PRS no bioma), assim como a forte presença feminina nas áreas rurais do estado da Bahia, com regiões pertencentes à Mata Atlântica.

Segundo o Censo Agropecuário do IBGE, 194.533 mulheres chefiam estabelecimentos rurais na Bahia. Essa quantidade de mulheres equivale a 25,6% dos 760.373 produtores recenseados, o que deixa a Bahia com o segundo maior percentual de mulheres produtoras do Brasil, só atrás de Pernambuco (27,2%).

Na verdade, todos os estados brasileiros tiveram aumento do percentual de mulheres produtoras agropecuárias, entre 2006 e 2017. Mesmo que seja difícil identificar, a partir dos dados quantitativos do IBGE, pode-se dizer que as razões para o avanço da liderança das mulheres no campo, também espelhado nas oficinas participativas, relacionam-se com o processo de empoderamento feminino na sociedade como um todo, onde a mulher tem conquistado outros lugares e atuado em diversos espaços.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como o Projeto Rural Sustentável, muitos outros projetos de conservação e de desenvolvimento sustentável do setor agrícola, financiados pela cooperação internacional, têm recorrido a múltiplas ferramentas para mitigar as emissões de gases de efeito estufa entre os pequenos e médios produtores rurais do Brasil.

Essas ferramentas incluem informações, capacitação e incentivos financeiros como potenciais agentes de mudança no comportamento de uso de recursos naturais e terras das populações rurais. A originalidade do PRS, o que faz dele uma iniciativa singular, foi a de combinar todas essas ferramentas em um único projeto de grande escala, procurando que estas interajam e se complementem de maneira a atender às necessidades sociais, ambientais, econômicas e culturais do(a) produtor(a) rural e sua família.

Ao longo de 5 anos, informações, assistência técnica, crédito rural, incentivos financeiros e ações de sensibilização e empoderamento foram combinados para gerar mudanças não unicamente de opi-



Camamu, BA

nião, mas especialmente de ação em relação à construção de uma agricultura mais sustentável. Essas transformações ultrapassam o estritamente econômico, pois atuam também diretamente na esfera ambiental (menor degradação do solo e menor emissão de gases de efeito estufa) e social, procurando um maior protagonismo feminino no campo e mais oportunidades de trabalho atrativo e gratificante para os jovens rurais.

Como foi mencionado, as transformações socioeconômicas e ambientais que surgirão como resultado da implementação das oficinas participativas ainda devem ser avaliadas e seu impacto só conseguirá ser apreciado no longo prazo. Esse resultado depende de que os mais de 4 mil mulheres, homens, jovens e crianças que vivem e constroem seus futuros em propriedades de pequena e média escala percebam que é possível enfrentar o medo do risco e da inovação e possam, respeitando seus ritmos e necessidades, investir em novos caminhos..





Nova Londrina, PR

Perceber que vale a pena ser sustentável inclui valorizar o que está sendo bem feito na propriedade e se dispor a modificar os modos de produção insustentáveis. Nesse sentido, o planejamento e a execução das oficinas com as famílias do PRS permitiram confirmar o papel-chave da extensão rural, mas também a necessidade urgente de melhorar as capacidades técnicas e relações interpessoais dos ATECs e das ATERs, que podem ser a melhor porta de entrada nas unidades produtivas e nas comunidades rurais, mas que também ainda representa um importante gargalo na inovação para a sustentabilidade.

Vale a pena lembrar a enorme riqueza do conhecimento e experiências que os produtores e produtoras de distintas gerações já possuem. Os 70 relatórios dos módulos 1 e 2 das oficinas realizadas em 35 microrregiões ilustram o grande conhecimento teórico e empírico que as famílias carregam sobre seu ambiente, o seu potencial produtivo e as estratégias de resiliência face aos desafios das mudanças climáticas, sociais e econômicas que enfrentam.

Nesse sentido, torna-se obsoleto falar apenas de “transferência de soluções” dos ATECs para os(as) produtores(as). Bem mais adequado seria falar de “coconstrução” ou “coprodução” de soluções que valorizam, em um autêntico diálogo, o que cada um já sabe. Com isso, certamente, uma inteligência colaborativa pode ser criada e, quando bem trabalhada, gerar bons frutos para as famílias e suas respectivas comunidades.

Mesmo não sendo a meta das oficinas participativas, os encontros se transformaram também em uma oportunidade para que os produtores e produtoras se expressassem livremente sobre o andamento do PRS. Assim, muitos participantes, ao se sentirem realmente escutados pelos facilitadores, aproveitaram os módulos para manifestar a necessidade de uma maior profissionalização e engajamento por parte de muitos dos técnicos (ATECs) envolvidos com o projeto, qualificando, em muito, o papel e os princípios de uma assistência técnica mais efetiva e voltada ao diálogo e à troca de saberes.

Como reflexão final, salientamos a importância de aproveitar a oportunidade de manter e desenvolver o capital social gerado entre as famílias de produtores(as) durante as oficinas participativas para complementar a proposta tradicional de transferência de tecnologia. Esse tecido social é chave para uma autêntica transformação social de baixo para cima. Nas oficinas, as mulheres reconheceram e verbalizaram para algumas, pela primeira vez se manifestando diante da presença masculina, o valor produtivo do seu trabalho, assim como seus direitos e desafios passados, presentes e futuros.

É claro que apenas o espaço de manifestação e escuta não resolve o problema, mas pode ser o início de uma nova trajetória. Resta agora saber se a semente plantada durante estes mais de 2 meses de oficinas será regada e internalizada pelas famílias.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e Agricultura**. Estudo sobre os padrões de transferência hereditária e sucessão profissional na agricultura familiar do Oeste de Santa Catarina. Unesco – Convênio FAO/Incra – Epagri. 1998.

AZEVEDO, A. A.; CAMPANILI, M.; PEREIRA, C. (Org.). **Caminhos para uma agricultura familiar sob bases ecológicas**: produzindo com baixa emissão de carbono. 2015.

BARDOMAS, S. M. **Trayectorias en la agricultura familiar**: tierra, producción y herencia en Pigüé, 1920-1994. Centro de Estudios e Investigaciones Laborales. Informe de investigación, v. 11, p. 1-90, 2000.

BOHM, D. **Diálogo**: comunicação e redes de convivência. São Paulo: Palas Athenas, 2005.

BRASIL. Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 10 de abril de 2021.

BRASIL. Lei 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: 10 de abril de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude, 2003-2010. Conselho Nacional de Juventude. Brasília: SNJ, 2011. 113 p.

BROWN, J.; ISAACS, D. **World Café**: dando forma ao nosso futuro por meio de conversações significativas e estratégicas. São Paulo: Cultrix, 2009.

BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. **Jovens agricultores familiares da Região Sul do Brasil**. Relatório de Pesquisa. Porto Alegre: Depar-

tamento de Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008, 142 p.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004.

BUBER, M. **Do diálogo e do dialógico**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

BURSZTYN, M.; RODRIGUES-FILHO, S. (Org.). **O clima em transe: vulnerabilidade e adaptação da agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

CAMARANO, A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Texto para discussão n. 621. Rio de Janeiro: Ipea, 1999, 28 p.

CARNEIRO, M. J. **Acesso à terra e condições sociais de gênero**: reflexões a partir da realidade brasileira. Texto apresentado no VII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural. Quito, 20-24 de novembro de 2006, 16 p. Disponível em: <www.alasru.org/cdaldas-ru2006/01%20GT%20Maria%20Jos%C3%A9%20Carneiro.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2007.

_____. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 22-55, 2001.

_____. O ideal rurano: campo e cidade no horizonte dos jovens. In: SILVA, F. C. T. da, et al. (Orgs). **Mundo Rural e Política – ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1998, p. 97-117.

CHIAPPE, M. B. **La situación de las mujeres rurales en la agricultura familiar de cinco países de América Latina**. Montevideu, ALOP. CCU, 2005.

COURDIN, V.; LITRE, G.; CORREA, P. Desarrollo sostenible y transformaciones en la organización del trabajo femenino rural. **Sustentabilidade em Debate**, v. 5, n. 2, p. 55-75, 2014.

CURI, M. V. et al. Mudanças Climáticas e Percepção Ambiental: contribuições da antropologia do Clima. In: BURSZTYN, M.; RODRIGUES FILHO, S. (Org.). **O Clima em Transe**: vulnerabilidade e adaptação da agricultura familiar. Rio de Janeiro: Garamond, 2016, v. 1, p. 35-52.

DE MELLO, M. A. et al. Sucessão Hereditária e Reprodução Social da Agricultura Familiar. **Revista Agric.** São Paulo/ SP. v. 50, n. 1, p. 11-24, 2003.

DEERE, C. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 175-204, 2004. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/feature/ruralwomen/facts-figures.html>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

DEERE, C.; LEÓN, M. **O empoderamento da mulher**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

_____. **Empowering Women**: land and property rights in Latin America. University of Pittsburgh Press, 2014.

DURSTON, J. **Juventud rural excluída en America latina**: reduciendo la invisibilidad. XX Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia (LASA). São Paulo, 1997.

EUROCHILD/UNICEF. **Survey Report**: Europe Kids Want, 2018.

FARIA, N. Economia feminista e agenda de lutas das mulheres no meio rural. In: BUTTO, A. (Org.). **Estatísticas Rurais e a Economia Feminista**: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009. p. 11-28.

FIOCRUZ. **Censo Agropecuário**: que realidade do campo brasileiro quer mostrar? Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - FIOCRUZ, 2017. Disponível em: <www.epsjv.fiocruz.br>. Acesso em: 12 jan. 2019.

FOOD AND AGRICULTURE Organisation (FAO). **The state of food and agriculture**. Rome: FAO, 2011.

FOOD AND AGRICULTURE Organisation (FAO). (2013). **Climate-smart agriculture sourcebook**. Rome, Italy. Retrieved April 24, 2016, from <<http://www.fao.org/docrep/018/i3325e/i3325e.pdf>>.

FOOD AND AGRICULTURE Organisation (FAO). **Enhancing the potential of family farming for poverty reduction and food security**. Rome: FAO, 2015. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i5120e.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 36. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FREITAS, B. A. **Teoria Crítica Ontem e Hoje**. 4. ed., São Paulo: Brasiliense, 1993.

GIBSON-GRAHAM, J. K. Violence of development: two political imaginaries. **Development**, v. 47, n. 1, p. 27-34, 2004.

GUSDORF, G. **A Fala**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1970.

HABERMAS, J. **The Theory of Communicative Action**: reason and the rationalization of Society, v. 1, Cambridge, Polity Press, 1981a.

_____. **The Theory of Communicative Action**: the critique of functionalist reason, v. 2, Cambridge, Polity Press, 1981b.

HUYER, S. Introduction. In: HAFKIN, N.; HUYER, S. (Ed.). *Cinderella or Cyberella? Empowering women in the knowledge society*, p. 35. Connecticut: Kumarian Press. 2006.

HUYER, S. et al. **Supporting women farmers in a changing climate**: five policy lessons. Agriculture and Food Security Programme. Copenhagen, Denmark: CGIAR Climate Change. 2015. Retrieved April 24, 2016, from <<https://cgspace.cgiar.org/rest/bitstreams/60479/retrieve>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INTERNATIONAL FUND FOR AGRICULTURAL DEVELOPMENT (IFAD). **Telling the stories of rural women through SDG indicators**. 2015. Disponível em: <<http://ifad-un.blogspot.co.uk/2014/02/telling-stories-of-rural-women-through.html>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

_____. **Dar poder às jovens rurais é forma de garantir segurança alimentar**, 8/03/2012. Disponível em: <https://news.un.org/pt/audio/2012/03/1028031>. Acesso em: 01 de maio de 2021.

IPCC. Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. **Mudanças Climáticas 2007**. Quarto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, 2007. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/>>. Acesso em: 05 mar. 2019.

IPCC. Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. Summary for policy makers. 2014. In: WHITE, L. L. et al. **Climate change 2014: impacts, adaptation and vulnerability**. Contributions of the working group II to the fifth assessment report (p. 1-32). UK and New York: Cambridge. Retrieved April 24, 2016, from <https://ipc-cwg2.gov/AR5/images/uploads/WG2AR5_SPM_FINAL.pdf>.

KLEYSEN, B.; CAMPILLO, F. **Productoras de alimentos en 18 países de América Latina y el Caribe**: síntesis hemisférica. San José, C. R., IICA y BID, 1996.

LISBOA, T. K.; LUSA, M. G. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero – Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 3, p. 871-887, 2010.

LITRE, G. **Os gaúchos e a globalização**: vulnerabilidade e adaptação da pecuária familiar no pampa do Uruguai, Argentina e Brasil. 2010. 474 f., il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável e Géographie et Aménagement du Territoire) – Universidade de Brasília, Université Paris III – Sorbonne Nouvelle, Brasília, 2010.

LITRE, G.; ROCHA, J. D. Mulheres e Sustentabilidade. **Sustentabilidade em Debate**, v. 5, n. 2, p. 13-17, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.18472/SustDeb.v5n2.2014.11685>>.

MATSON, P.; CLARK, W. C.; ANDERSON, K. **Pursuing Sustainability: a guide to the science and practice**. Princeton (New Jersey): Princeton University Press. 2016.

MATURANA, H. A ontologia do conversar. In: MAGRO, C.; GRACIANO, M.; VAZ, N. (Org.). **A Ontologia da realidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

MEDEIROS, R. S.; RIBEIRO, E. M. O Papel da Mulher na Agricultura Familiar: dois estudos de caso. **Organizações Rurais & Agroindustriais**. v. 5, n. 1, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, ONU. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 10 abril de 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **Dia das Mulheres Rurais – agentes essenciais no desenvolvimento da sociedade**, 15/10/2018. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1157560/>. Acesso em: 01 de maio de 2021.

OYARZÚN, K. Feminismos latinoamericanos: interseccionalidad de sujetos y relaciones de poder. In: YUDERKYS, E. M. (Coord.). **Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano**. Buenos Aires: En la frontera, 2010.

PFEIFFER, C. **As mudanças climáticas divulgadas**: instrumentos políticos de divulgação da ciência. In: ZULLO JR., Livro Alcsens, Unicamp, 2014.

PITTS, M. J. et al. Dialectical tensions underpinning family farm succession planning. **Journal of Applied Communication Research**, v. 37, n. 1, p. 59-79, 2009.

PNUD. **Desafios e perspectivas para as mulheres rurais no Brasil**

sob a ótica da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

One Pager Portuguese 319, PNUD – International Policy Centre for Inclusive Growth, Brasília, 2016.

QUISUMBING, A. R. et al. **Closing the Knowledge Gap on Gender in Agriculture**, p. 3-27. FAO. 2014.

SAMPER-ERICE, A.; CHARÃO-MARQUES, F. Mulheres camponesas, discursos e práticas para outro desenvolvimento. **Revista Estudos Feministas**, n. 25, v. 2, 683-705, 2017.

SEGATO, R. L. **Uma agenda de ações afirmativas para as mulheres indígenas do Brasil**. Série Antropológica 326 – DAN/UnB, 2003.

SILIPRANDI, E. Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. **Revista Brasileira de Agroecologia**, [S.l.], v. 4, n. 3, dec. 2009. ISSN 1980-9735. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/9622>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

SILVESTRO, M. L. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri. Brasília: NEAD; Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

SPANVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. Tese (Doutorado). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. 221 p.

UNICEF. **Strategic Framework on Environmental Sustainability for Children 2016-2017**, 2016.

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais**: mapa de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. 76p.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O Trabalho da Terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília. Editora: UnB, 1997.



Implementação:



IABS

Apoio Técnico:



Realização:



MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO

